

DEMOCRACIA
MODELOS DE GESTÃO
PARTICIPAÇÃO

QUEERFOBIA
RACISMO

DEBATER
ORGANIZAR

RESIDÊNCIAS
CANTINAS
AÇÃO SOCIAL

PROPINAS
HIERARQUIA
INTEGRAÇÃO

ENSINO
PRIVILÉGIO?
/ DIREITO?

CURRÍCULOS
MODELOS DE AVALIAÇÃO
TURMAS SOBRELOTADAS
CORPO DOCENTE
AUXILIARES DE EDUCAÇÃO
PRECARIIDADE

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
REGIME FUNDACIONAL
R.J.I.E.S.

14 - 15 ABRIL
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA
PASSOS MANUEL
LISBOA

ENCONTRO
DE ATIVISTAS
ESTUDANTIS
'18



Nos últimos anos, os problemas do ensino em Portugal não se têm mitigado, antes se têm acentuado. Pela necessidade de concertar esforços, reunir informação e cruzar experiências, o programa da moção X, aprovado na Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda previa a organização de um encontro de estudantes. Assim, em Abril de 2018 realizou-se um Encontro de Ativistas Estudantis que reuniu estudantes provenientes de diferentes escolas, faculdades e institutos, bem como de diversos coletivos convidados a participar. O Encontro dividiu-se em quatro plenários: Ensino Secundário, Integração nas Escolas e Ensino Superior, Modelos de Gestão do Ensino Superior e Financiamento do Ensino Superior.

Previamente ao Encontro foram reunidos textos-contributos que ajudaram a orientar a discussão e que são neste caderno apresentados, bem como as conclusões dos diferentes plenários.

O balanço que se faz do Encontro é positivo, tanto pela sua adesão, bem como pelas discussões tidas em plenário. A abertura do Encontro permitiu o contacto entre jovens do Bloco de Esquerda e estudantes organizados em coletivos, abrindo caminho para o trabalho unitário e criação de uma rede de ativistas estudantis que se pretende reivindicativa, de forma a construir a Escola Pública e o Ensino Superior Público que se querem democráticos e emancipatórios.

ENSINO SECUNDÁRIO

O modelo do ensino secundário encontra-se completamente desatualizado, sem mudanças visíveis, quer ao nível curricular quer no modelo de gestão das escolas. A voz dos alunos é hoje em dia relegada para segundo plano. Existe uma clara desconsideração pela opinião de jovens estudantes em Portugal. O poder totalitário de uma direção ou de um único diretor é autoritário e subjuga o resto da comunidade que todos os dias constrói a escola pública. As Associações de Estudantes que existem ao nível do ensino secundário são infantilizadas pelas próprias direções das escolas não existindo aqui qualquer ativismo estudantil, muitas vezes transformadas em meras comissões de festas.

A escola precisa de fomentar o espírito crítico e criativo do corpo estudantil, e não afundá-lo em metas curriculares e em excessiva carga horária. A liberdade no ensino das matérias seria estimulante não só para alunos mas também para os próprios docentes. É por isso necessário um ensino plural e democrático adaptável aos diferentes contextos.

O sistema atual está construído sob um ponto de vista liberal que fomenta a mercantilização numa lógica meritocrática de exclusão via médias e rankings, dificultando a progressão no ensino para quem não pode pagar para compensar os efeitos de distorção deste sistema meritocrático que acaba por assentar num critério de índole socioeconómica.

Quem vem de contextos desfavorecidos é relegado para o ensino profissional, muitas vezes sem condições e vítima de um preconceito prolongado, no seguimento de uma perspetiva de segregação através da oposição entre cursos científico-humanísticos e as vias profissionalizantes. As vias profissionalizantes devem ser valorizadas pelo seu carácter de ensino técnico e de formação profissional, dotadas de boas condições, e não utilizadas pelas escolas como forma de organizar estudantes consoante as suas características sociais. A sua utilização errada é atualmente uma das formas mais visíveis de racismo institucional por parte das escolas.

No ensino artístico verificam-se igualmente dificuldades ao nível das condições materiais nas escolas, bem como a falta de oferta pública, empurrando quem quer seguir esta via para o ensino privado e cooperativo, mais uma vez condicionando a livre escolha de formação consoante a situação económica, bem como perpetuando as rendas do Estado ao ensino privado.

A falta de flexibilidade nos cursos científico humanísticos, a conotação negativa dos cursos

profissionais e a falta de investimento no ensino artístico são, no seu conjunto, sintomas de uma visão antiquada da escola que limitam o desenvolvimento emancipatório das pessoas que a frequentam. Para além da urgência em resolver estes problemas, a criação e financiamento de atividades extracurriculares nas escolas, como a prática desportiva ou artística fora das horas letivas, a diminuição da carga de trabalho em casa (os TPC) e a criação de espaços verdes para atividade física ou de convívio na escola, são instrumentos cruciais para tornar a escola num espaço de socialização saudável e comunitário, em detrimento do espaço rígido e individualista a que hoje assistimos e que, por sua vez, se reflete nos próprios modelos arquitetónicos utilizados nas obras mais recentes.

Um modelo de educação compatível com os valores que defendemos tem de pensar obrigatoriamente os materiais através dos quais aprendemos e ensinamos, numa perspetiva sustentável económica e ambientalmente. O modelo de reembolso dos manuais escolares em vigor no município de Lisboa é um passo na democratização do acesso aos materiais de estudo. Porém, continua a alimentar monopólios editoriais e a ser ambientalmente insustentável. É necessário criar alternativas que passem pela troca de materiais através da criação de bancos de manuais nas escolas, bem como pela fomentação da educação não formal, pensando em modelos alternativos de aprendizagem coletiva. Para além disso, é necessária a crítica ao conteúdo dos manuais que, não estando ideologicamente isentos, perpetuam visões conservadoras ou passivas da vida social, nomeadamente através do branqueamento do colonialismo português no ensino da História, da heteronormatividade que negligencia a educação sexual para pessoas não heterossexuais e que exclui pessoas trans e intersexo.

Por último, a falta de financiamento público e a burocratização dos processos administrativos das escolas tem tido efeitos nefastos na sua manutenção, registando-se vários problemas para a saúde pública nas suas instalações: tetos em risco de cair, infestações de ratos e baratas, inundação das escolas e falta de aquecimento no inverno, entre outros. Os protestos por parte de estudantes em variadas escolas são de grande importância para pressionar o poder público para a sua resolução.

Reivindicamos:

1. Criação de bancos de manuais escolares nas escolas
2. Revisão dos programas de Educação Sexual, tornando-a inclusiva para as pessoas LGBTI
3. Revisão dos currículos de História, problematizando o colonialismo português
4. Alteração do modelo de gestão das escolas, por uma escola democrática
5. Criação de espaços e verbas para a dinamização de atividade extracurricular desportiva e artística
6. Intervenção imediata nas escolas com problemas de manutenção
7. Reforma do ensino profissional
8. Mais oferta pública para as variantes de Ensino Artístico especializado
9. Revisão do modelo dos Exames Nacionais, contrariando um ensino direcionado para exames

ENSINO SUPERIOR

Modelos de Gestão

O atual Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) assenta numa ideia do Ensino Superior enquanto fábrica de trabalhadores, orientando-se por critérios de empregabilidade e de utilidade para o mercado, ao invés de uma educação virada para a criação de conhecimento e para a emancipação individual e coletiva, não só das pessoas que o frequentem, mas da sociedade em geral.

O RJIES é responsável pelo afastamento dos estudantes dos órgãos de gestão e decisão das Instituições de Ensino Superior (IES), sendo por isso antidemocrático e perpetuando uma ideia do Ensino Superior como um serviço que nos é prestado ou ao qual recorreremos e não de um espaço que é construído coletivamente por todas as pessoas que nele participam: estudantes, corpo docente e não docente.

Atualmente, o Ensino Superior está fechado sobre si mesmo, abrindo-se apenas às empresas privadas que nele vêem uma forma de produzir a sua força de trabalho. Desta forma, a academia não está a cumprir o seu papel de motor de desenvolvimento da sociedade, estando sujeita aos interesses económicos privados. Como consequência, acentua-se a hierarquia entre áreas do saber conforme a sua utilidade no mercado. Os efeitos práticos desta hierarquia são intensificados por soluções de gestão das instituições como o regime fundacional. A autonomia concedida às IES não se traduz numa autonomia numa lógica de liberdade de ensino, mas numa autonomia meramente administrativa que distribui recursos de forma arbitrária e parcial, condenando ao subfinanciamento e à desvalorização de áreas do saber como as humanidades, as ciências sociais e as artes. Esta desvalorização é visível a olho nú quando observamos as diferenças nas instalações dos vários institutos, escolas e faculdades. Exemplos práticos são as inundações da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, o encerramento por motivos de perigo para a saúde da Escola Superior de Dança de Lisboa, as inundações e falta de espaço na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o encerramento de cursos na Faculdade Motricidade Humana da Universidade Lisboa, entre outros.

A política para o Ensino Superior e para a Ciência não parece ter alterações de fundo com a atual solução governativa, continuando alicerçada numa visão utilitarista do ensino, promovendo a profissionalização em detrimento da aprendizagem holística. Esta visão materializa-se na “colonização” de determinados cursos e instituições por parte de empresas e grupos económicos que têm a capacidade de moldar os currículos, evidenciando, mais uma vez, a ilusão de autonomia académicas das IES. Outra das consequências desta política que vê os estudantes enquanto clientes e futura força de trabalho são os programas de estágios e voluntariado curriculares, muitas vezes estágios profissionais mascarados, que utilizam os estudantes como mão-de-obra gratuita, em que acabamos por pagar para trabalhar, através do pagamento obrigatório da propina.

O RJIES já deveria ter sido revisto em 2010 e 2017 e até agora não parece haver qualquer vontade política por parte do Governo para alterar este regime, nem para travar a implementação do regime fundacional, antes pelo contrário. Os pequenos movimentos anti-fundação tiveram poucas consequências práticas, à exceção de Coimbra, onde o processo de passagem a fundação parece não ter possibilidade de se concretizar nos próximos tempos. O Grupo do Ensino Superior do BE tem discutido o assunto e pensado em alternativas ao RJIES. Mas, para além disso, é necessário haver um esforço de desconstrução do RJIES para demonstrar como este instrumento burocrático é tão nefasto para a vida quotidiana e democrática do Ensino Superior. É necessário reivindicar a sua avaliação, bem como a dos regimes fundacionais em vigor até agora.

As estruturas associativas estudantis não têm, até agora, conseguido defender consequentemente

o Ensino Superior público e gratuito. É importante que o ativismo estudantil não se limite a estes espaços e que pressione por várias frentes, criando pontes entre os vários grupos e pessoas com vontade de provocar a mudança a nível nacional, tendo sido o Encontro de Ativistas Estudantis um bom exemplo de espaço de debate, de partilha, e de contacto, contrariando o individualismo que atualmente caracteriza o paradigma neoliberal em que as universidades e politécnicos estão mergulhados.

Integração nas Escolas e Ensino Superior

O modelo de integração de estudantes nas escolas, institutos e faculdades não se desliga dos problemas existentes nestas instituições, destacando-se a praxe como o maior problema nesta área.

A praxe, atual detentora do monopólio da integração no Ensino Superior, apesar de combater o isolamento de, por exemplo, estudantes deslocados, combate-o alicerçando-se em valores incompatíveis com uma sociedade democrática. A praxe promove, das formas mais frontais, às formas mais subtis, a aceitação acrítica da autoridade e da hierarquia, acentando em valores de igualdade que a distorcem quando a condicionam à eliminação da diferença. A praxe inclui porque exclui, criando grupos fechados, baseados na figura do estudante como fator identitário, pouco respeitadores da diferença e do dissenso. Além disso, a praxe continua a praticar atos de violência de género, a ter ações e cânticos homofóbicos que ofendem e que discriminam aqueles e aquelas que não se encaixam, nem querem encaixar, num modelo de sociedade heteronormativa e machista. Desta forma, a distinção entre praxes boas e más torna-se pouco útil ao debate sobre a mesma, na medida em que tanto as praxes violentas, como as praxes sem violência, se baseiam nos mesmos valores.

A praxe promove também uma vida académica que não questiona o meio em que se insere, contribuindo, portanto, para a limitação do pensamento crítico e para a passividade do corpo estudantil face ao ataque a que tem sido sujeito especialmente desde os anos 90, com a implementação da propina. Contribui para a despolitização das instituições, das associações de estudantes, dificultando a consolidação do espaço académico como espaço de emancipação.

Apesar de reconhecermos o passo importante que significou a tentativa de combate à praxe por parte do Ministério, criando um endereço para denúncia de praxes abusivas e pressionando as direções das instituições a tomar medidas, não nos revemos numa política proibicionista da praxe, nem da mera denúncia. Os crimes cometidos pela praxe deverão ser encarados enquanto tal e tratados de acordo com o código penal. Para isso é preciso desnaturalizar a violência praxista que atualmente é uma espécie de espaço de exceção à implementação de medidas judiciais. Não obstante, o combate à praxe deve ser feito pela sua crítica constante, pela evidência dos valores antidemocráticos que promove, pela criação de espaços alternativos. Rejeitamos simultaneamente um combate classista à praxe, reprovando argumentos elitistas em relação à praxe, como os que a querem pintar enquanto fenómeno folclórico, no sentido literal da palavra, e rejeitando-a pelo carácter popular, numa perspetiva da academia enquanto espaço de privilégio e de elite.

A integração não tem de ser obrigatoriamente feita em oposição à praxe, o que não é incompatível com um combate frontal à praxe em termos ideológicos. Ela passa também pela fomentação de atividade cultural, artística, desportiva e política dentro das instituições como, por exemplo, a criação de núcleos de estudantes, grupos de teatro, entre outros, mais ou menos formalizados. As experiências de alternativa à praxe já desenvolvidas em Coimbra e em Lisboa ensinam-nos que as atividades de integração são possíveis, que há pessoas com vontade de participar em modelos de integração diferentes da praxe, mais concentrados em atividade cultural, no conhecimento das

localidades onde se encontram as instituições, mas também nos mostram as limitações de uma integração feita com pouca capacidade de continuação ao longo do ano letivo. Porém, perante a dificuldade de organização sublinha, mais uma vez, a união das lutas para a solidariedade e para a união de esforços.

A fomentação da atividade cultural, artística, desportiva e política não funciona como mecanismo de integração apenas no Ensino Superior ou como forma de esvaziamento do monopólio da praxe. Com o devido financiamento, estas atividades promovem também a integração e a vivência coletiva nas escolas básicas e secundárias.

Financiamento do Ensino Superior

A propina encerra em si dois problemas de índole diferente mas que se interligam: simboliza uma ideia utilitarista e individualista do Ensino Superior e tem efeitos nefastos no acesso ao mesmo. Sedimentou-se a ideia de que a educação é um serviço que nos é prestado e não um direito, e que a propina é uma forma legítima de a financiar. Uma grande maioria dos estudantes vê o investimento na educação como um investimento individual (de modo a obter melhores empregos e salários) e não coletivo, permitindo que toda a sociedade beneficie dele, encarando a educação como um direito democrático e de valor emancipatório.

É importante desconstruir estas ideias tanto a nível ideológico como a nível prático, apresentando argumentos factuais, tendo como plano de fundo a educação enquanto direito democrático e evitando o acantonamento a argumentos constitucionalistas. Exemplos desses argumentos poderão passar por algumas universidades que apresentam excedentes orçamentais continuarem a praticar a propina máxima ou que custa apenas cerca 330 milhões de euros ao Estado abolir a propina em Portugal.

O debate gerado em volta da propina poderá também abrir a discussão para outros problemas relacionados com a educação a este nível, como o modelo de acesso ao Ensino Superior ou mesmo a revisão do RJES. Porém, sabemos que de modo a obter resultados a curto ou a médio prazo é necessário dirigir o sentido da luta para objetivos mais tangíveis como é o caso da luta pelo fim da propina, uma vez que através dela se elitiza o Ensino Superior, barrando o acesso àqueles que não a conseguem pagar.

O congelamento da propina máxima conseguido nesta legislatura, apesar de se configurar um passo importante, não resolve o problema da propina, nem combate o abandono escolar. É necessário trabalhar para o fim efetivo da cobrança de propina, reivindicando paralelamente o financiamento 100% público do Ensino Superior público, de forma a combater a ingerência de privados na gestão das instituições e a evitar que as instituições se vejam obrigadas a autofinanciar-se através da utilização dos seus espaços para publicidade, a concessionar serviços como reprografias, bares e cantinas a privados, pondo em causa a qualidade dos serviços.

A defesa do aumento da despesa com ação social não é incompatível com a defesa do fim da propina, nem a primeira resolve os problemas criados pela segunda. A ação social tem servido de paliativo aos encargos com a propina, quando o seu objetivo deveria ser a mitigação de custos associados ao Ensino Superior, nomeadamente com alimentação, transportes, material escolar a habitação, esta última de especial importância nas cidades mais afetadas pela especulação imobiliária, como Lisboa ou o Porto.

O atual regime de atribuição de bolsas, se por um lado concedeu mais bolsas, por outro acabou por diminuir o valor das mesmas e criou um grupo de estudantes que é excluído das mesmas, não sendo considerado "nem suficientemente rico, nem suficientemente pobre", empurrando-os para o abandono escolar ou para o trabalho precário de forma a pagar o curso. É de sublinhar

que grande parte daqueles que são empurrados para o trabalho precário são prejudicados pelo regulamento de atribuição de bolsas através da contabilização desse rendimento, acabando por ser excluídos, criando um efeito bola de neve.

O financiamento do Ensino Superior não se faz exclusivamente através da propina, o que explica também o seu valor irrisório para as contas do Estado, mas de grande peso para os agregados familiares. É necessário mais investimento no Ensino Superior e Ciência para garantir o bom funcionamento de todo o meio académico, incluindo: condições materiais das instituições, contratação de professores com acesso à carreira, contratação e vinculação de investigadores precários, contratação de pessoal não docente para o bom funcionamento dos serviços de ação social, nomeadamente cantinas. Um maior investimento no Ensino Superior deveria permitir, por sua vez, o fim das taxas e emolumentos associados a processos administrativos aos quais não se pode escapar, como a cobrança do diploma, certificados de matrícula, entre outros.

Em suma, é urgente contrariar a tendência de mercantilização do Ensino Superior que o tem tornado numa escola de elites e fábrica de trabalhadores precários, garantindo a sua gratuidade e o cumprimento da sua função: a disseminação de conhecimento, a democratização da educação, um Ensino Superior como motor de desenvolvimento de sociedade que se quer emancipada.

Reivindicamos:

1. Revisão do RJIES
2. Reposição da gestão democrática e paritária das Instituições de Ensino Superior
3. Reversão dos regimes fundacionais em vigor nas Instituições de Ensino Superior
4. Aumento do financiamento do Ensino Superior e da Ciência através do Orçamento de Estado
5. Fim das concessões e gestão privadas de Serviços de Ação Social, como cantinas, bares e residências
6. Aumento da despesa com Ação Social Escolar
7. Revisão do Regulamento de Atribuição de Bolsas, aumentando os valores de referência no que toca ao rendimento dos agregados familiares e acabando com a bolsa mínima, obtendo mais progressividade (à semelhança do aumento de escalões de IRS)
8. Definição de prazos curtos para a comunicação dos resultados e transferência das bolsas para os estudantes, de forma a evitar dificuldades económicas no interlúdio
9. Fim do processamento de dívidas de propinas pela Autoridade Tributária
10. Fim das taxas e emolumentos
11. Abolição da propina e substituição da mesma por financiamento público
12. Possibilitar às Instituições de Ensino Superior a utilização de excedentes orçamentais para a contratação de professores, funcionários e investimento nos serviços de ação social e avaliar negativamente as instituições que acumulem excedentes orçamentais
13. Uniformização do estatuto trabalhador-estudante
14. Combate aos falsos estágios curriculares e profissionais nas Instituições de Ensino Superior e centros de investigação

Educação Inclusiva

A formação da nossa identidade começa a partir do momento em que nascemos, mas é na adolescência que ocorre grande parte do seu desenvolvimento e é também por aí que ganhamos consciência do nosso papel na sociedade. Nesta importante fase da vida passamos a maior parte do dia na escola que, juntamente com a família e os círculos sociais, constituem uma parte fundamental da nossa formação. Edificada em pilares heteronormativos, a escola transmite valores, crenças e reproduz as noções tradicionais sobre sexualidade e papéis atribuídos aos géneros, não incitando à inclusão.

Falar de inclusão é falar de acolhimento a todas as pessoas que não se encaixam nos padrões da sociedade, mas também, falar do facto de essas mesmas pessoas serem enfiadas em “caixinhas” com rótulos. Antes de percebermos o porquê destas duas situações, temos de chegar à conclusão de que o problema começa nas escolas.

O percurso que leva à inclusão é demorado e as instituições de ensino, sejam as faculdades, sejam as escolas, não estão preparadas para lidar com toda a pluralidade e diversas características que as pessoas acarretam. Os professores não têm formação suficiente para tratarem todos de maneira igualitária. Os interesses económicos e a preocupação com os famosos rankings estão em primeiro lugar, enquanto a verdadeira formação e informação das pessoas, nomeadamente no que toca à sua sexualidade, são postas em segundo plano. É urgente recentrar a educação em quem estuda e discutir maneiras de alterar este cenário. É inaceitável que jovens vejam a sua aprendizagem e bem-estar prejudicados porque são vítimas deste mau sistema de educação.

O ódio à diferença não é inato, não nasce connosco, é inculcado, preparado para fazer de nós casa. Medo de revelar a orientação sexual e identidade de género, medo de sofrer bullying, de ser vítima de agressão sexual resultado do fetichismo para com as mulheres lésbicas, por exemplo, e desconforto nos balneários e casas de banho por apenas existirem masculinas ou femininas são apenas alguns dos problemas sentidos que provêm, em grande parte, das escolas.

Para além destes, temos a maior das lacunas - o programa de educação sexual, outra questão fraturante deste sistema desigual. Ao contrário do que se passa, este programa devia servir como veículo de transmissão de valores: de igualdade de direitos, da rejeição de violência, da promoção de atos sexuais e afetuosos conscientes e, sobretudo, informar sobre as diferentes orientações sexuais, identidades de género e educar sobre os métodos contraceptivos de maneira não heteronormativa.

Neste momento, os grandes alicerces do programa atual são prevenir gravidez na adolescência e informar sobre as DST's, sendo que os métodos de prevenção são apresentados exclusivamente para sexo de penetração vaginal, mostrando as relações sexuais a partir de uma visão conservadora e heteronormativa. Juntando tudo e não esquecendo o facto de que não existe um programa oficial que sirva de direção para o que deve ser lecionado ou que indique quem o deve fazer, chegamos à conclusão de que xs alunxs saem extremamente prejudicados.

A mudança na sociedade é constante e muito lenta, mas cada umx de nós tem um pequeno papel a interpretar nela. Realizarmos palestras que abordem temáticas inclusivas, reivindicarmos a formação de docentes, reformularmos o programa de educação sexual e organizarmos espaços nos quais, de tempo a tempo, se ouvissem as reivindicações dxs estudantes, são apenas algumas das maneiras de ajudarmos.

As escolas deviam servir para ensinar e não para criar diferenças. Devem ter um papel mais ativo na vida dos estudantes e servir de plataforma para a mudança. É urgente romper com o paradigma educacional atual, mas, durante o processo, não nos podemos distrair de um dos grandes objetivos que devem vir com esta reestruturação: o fim da desigualdade e da discriminação.

A importância da educação na integração de jovens na vida política e social das cidades

Com o começo deste novo ano letivo 2017/2018 marcamos cerca de 43 anos de ensino público em regime democrático. Também faz mais ou menos 43 anos que se escreveu na constituição que a partir de então, em Portugal, a educação passaria a ser “gratuita e universal”. Foram 43 anos em que a humanidade conseguiu conceber computadores portáteis, smartphones, dispositivos de realidade virtual e até armas duas vezes mais potentes do que aquelas que se usavam na altura. Mas, no entanto, não conseguimos resolver um dos maiores problemas e que mais impacto tem no futuro de um país, que se traduz num entrave ao desenvolvimento e à inclusão de todas/os na nossa sociedade: o modelo de ensino tradicional.

Foram tantos os avanços tecnológicos destas últimas quatro décadas e ainda existe o mesmo modelo ou um modelo baseado no existente há cerca de 43 anos (ou há mais tempo, se formos ver o exemplo de outros países como nos EUA ou em Inglaterra). Este modelo de educação completamente falhado tem origem no modelo de ensino que era imposto aos operários em formação ou aos seus filhos. Isto é, um modelo baseado na competição entre alunos e formatação dos mesmos, o maior inimigo no processo de criação de uma sociedade inclusiva e desenvolvida.

Em Portugal vivenciamos um período inédito no que concerne à afluência das urnas durante as eleições. Desde as eleições legislativas para a constituinte em 1975 (91,66% da população votante participou), passando pelas eleições de 2002 (onde participaram 61,48%) e chegando às últimas legislativas, em 2015, onde somente participou 55,8% da população votante, isto é, de aproximadamente 9 milhões e seiscentas mil pessoas, somente 5 milhões e quatrocentas votaram. Esta elevada percentagem de abstenção é sobretudo nas camadas etárias mais jovens da nossa sociedade. A participação das/os jovens portuguesas/es em projetos políticos, humanitários ou movimentos sociais diminuiu de forma preocupante. Cada vez mais as/os jovens vêem a sua opinião silenciada, desacreditada e desvalorizada, pelo que a voz das/os jovens dentro de órgãos de decisão públicos, seja a nível nacional, na sua cidade ou até mesmo na escola, foi completamente extraviada e enfiada em pseudo-organizações e projetos que em vez de as/os potencializar ou dar espaço para que a sua opinião seja ouvida, são meras estruturas para criar a ilusão de poder e decisão, como a estrutura tradicional de Associação de Estudantes, os gabinetes da juventude da maioria dos municípios, ou os processos de consulta levados a cabo por diferentes instituições públicas com responsabilidades no domínio da juventude.

Como chegámos ao ponto em que esta contínua e cada vez mais recorrente desconsideração pela voz das/os jovens nos processos de tomada de decisão acaba por se tornar banal e normalizar no modus operandi das associações e instituições públicas? A tese que proponho tem como base o peso do sistema de ensino vigente em Portugal na falta de capacidade de expressão das/os jovens, na sua descredibilização e consequente desvalorização da sua voz junto dos/as decisores/as.

Após algum estudo sobre a evolução dos órgãos de representação das/os estudantes nas suas escolas, os vários modelos de gestão das escolas, de estruturas, organizações estatais ou municipais direcionadas, para a juventude e as próprias juventudes partidárias, posso concluir que: 1) as/os jovens têm poucas oportunidades para desenvolverem competências relacionadas com participação (liderança democrática e inclusiva, gestão e trabalho em equipa, representação, direitos dos/as estudantes, etc.); 2) não têm espaços nem oportunidades para analisarem criticamente as funções e o papel nas escolas destas estruturas de participação organizada; 3) existem poucas oportunidades que favoreçam de forma informal ou através da educação não-formal as aprendizagens e tentativas de participação das/os estudantes; 4) a/o cidadã/ão que diz não, que procura alternativas ao que a/o incómoda foi superado pelo “bom cidadão” obediente que incorporou um discurso adultista sobre si: “os jovens não se interessem, não querem ser” (Morgado & Rebelo, 2018). Se não há oportunidades de aprendizagem, se os modelos são desfocados do processo e focam-se apenas no resultado, se as pessoas adultas tendem a esvaziar ou a controlar os espaços de poder e decisão dedicados às/aos estudantes, resta-me concluir que a contínua e cada vez mais recorrente desconsideração pela voz das/os jovens nos processos

de tomada de decisão é grandemente alimentada pela atual gestão das escolas e pelo próprio modelo de ensino.

É na escola pública que se deve criar o espaço e a oportunidade para que a/o cidadã/ão aprenda de forma crítica e reflexiva a intervir, que se deve dar formação suficiente às pessoas para que estas possam estar preparadas para se integrar e questionar a sociedade, o mundo e até os seus trabalhos, mas sempre tendo em conta as dificuldades de cada um(a), sem excluir ninguém (principalmente alguém que está no início da sua vida académica e é chumbado). Não podemos ver o sistema educativo com algo uniforme e igual ao qual as pessoas se têm que adaptar. É preciso um ensino plural que reconhece que não somos todas/os iguais e se adapta dando resposta às diferenças, sejam elas sociais, económicas, religiosas, ou de outro tipo. Não somos nós que nos temos que adaptar ao sistema. É o sistema, supostamente gratuito e universal, que tem que se adaptar a nós, às nossas diferenças e dificuldades, e que nos tem que servir com uma educação de qualidade, sem excluir ninguém, sem deixar nenhum aluno ou aluna para trás.

O que acontece na atualidade é que este modelo educativo altamente liberal e favorecedor do sistema capitalista está, de forma muito subtil mas ao mesmo tempo muito óbvia, a preparar os e as estudantes somente para o mercado de trabalho altamente competitivo, que exclui quem não se adapta ao mesmo e esquece o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que sejam considerados “inúteis” para o trabalho. Assistimos à mercantilização da educação.

A obriedade está nesta lógica da exclusão. Desde o início que esta lógica da competitividade e da exclusão de quem não consegue competir com quem tem melhores notas, (atenção que as notas não estão totalmente dependentes das capacidades cognitivas de cada um/a, visto que um/a estudante de uma família com rendimentos mais altos tem acesso a explicações e melhor acompanhamento, assim como outros fatores têm influência direta nas notas) é uma lógica causadora de uma maior desigualdade social, pois aquelas que se adaptam têm maiores chances de sucesso, aquelas que não se adaptam por qualquer que seja o motivo, são postas de parte e têm que optar por trabalhos onde, devido à falta de uma graduação de ensino superior, são pagas de forma precária e altamente exploradas, mas no entanto financeiramente dependentes desse trabalho. A menos óbvia ou a mais subtil está na forma de como o próprio ensino e gestão da escola estão estruturados. Desde a falta de voz estudantil dentro da gestão e administração da escola, a centralização do poder no/a diretor/a, a forma como as aulas são conduzidas e organizadas e a falta de debate e de formação na área da cidadania, e questões de igualdade, são formas subtis que este tipo de sistema encontra para subsistir.

Se o poder e as decisões estão somente na mão do/a diretor/a e as/os estudantes não têm qualquer tipo de participação ativa ou informação e incentivo para poder participar com uma voz ativa e crítica em relação à sociedade, política e outros temas, é porque assim convém a este sistema educativo e aos interesses por detrás do mesmo. É mais fácil formatar um grupo de pessoas que vivem na ignorância e sem pensamento crítico em relação às coisas, do que propriamente um grupo de pessoas que tem consciencia crítica de que é possível fazer melhor e construir uma sociedade melhor, longe desta, invadida pela selvajaria do capitalismo cego que não olha a meios para conseguir lucros e continua destruir países, culturas, fauna, flora e a própria humanidade.

Podíamos usar a escola para reconstruir espaços comuns como cidades, aldeias, o país ou até mesmo a Europa. Podia funcionar para combater a discriminação e a exclusão. Podíamos usar a escola para formar cidadãos e cidadãs capazes de intervir na sociedade. No entanto, insiste-se em replicar e continuar com uma escola que não cria oportunidades para fomentar a participação democrática, que não cria oportunidades efetivas de relacionamento com as comunidades onde está, que não fomenta o pensamento crítico sobre as possibilidades de um mundo que todas/os queremos mais justo, mais igual e mais coesa

Como podemos discutir a participação das/os jovens no espaço cidade, sem antes discutir o papel e a representação da juventude na sociedade e de a chutarmos para fora dos processos de decisão nos assuntos que lhe dizem respeito? Portanto, assim chegamos à tese inicial: de facto, o sistema de ensino e a gestão democrática das escolas tem ou não influência na atividade e participação juvenil? Acho que a essa questão a tese apresentada responde claramente. Quanto às soluções, acho que devem ficar para discutir no encontro, no qual deixo adjacente a este texto um apelo a que toda/os as/os participantes entendam a importância deste tema e que o discutam em plenário.

Referências Bibliográficas:

Morgado, A. & Rebelo, I. (2018). Experiência de intervenção continuada em contexto escolar: Prevenção da violência no namoro na adolescência. In Neves, S. & Correia, A. (Eds). *Violências no Namoro* (cap.V). Edições ISMAI

Racismo Institucional nas Escolas

Será que todas as nossas colegas negras que seguiram o ensino profissional, o fizeram porque querem realmente frequentar um curso vocacional? Será que todos os nossos colegas negros que foram trabalhar em vez de prosseguirem os estudos no ensino superior, o fizeram por não gostarem de estudar? Ou será que o facto de 80% das e dos estudantes afrodescendentes serem aconselhados a ir para o ensino profissional nos deve preocupar?

É perpetuada a ideia de que o racismo não existe para além da discriminação direta, mas será que é esta a que mais danos causa na vida das pessoas negras? O racismo institucional, ou seja, qualquer tipo de desigualdades e discriminações que têm por base a origem racial e levadas a cabo por instituições, empresas, etc, quer sejam públicas ou privadas, é, muitas vezes, mais prejudicial. Este tipo de segregação tem-se vindo a afirmar na sociedade portuguesa e, conseqüentemente, no ensino português.

Trata-se de racismo institucional quando verificamos que as e os estudantes afrodescendentes reprovam duas vezes mais no 2º e 3º ciclos e no secundário que colegas de outras origens culturais, como mostra o estudo sobre afrodescendentes no sistema educativo português, realizado por Cristina Roldão e Pedro Abrantes. Trata-se de racismo institucional quando existem turmas constituídas apenas por pessoas negras. Trata-se de racismo institucional quando alunas e alunos afrodescendentes têm metade das possibilidades de aceder ao ensino superior, fator evidenciado durante a crise, onde a diminuição das candidaturas à faculdade foi maior nas e nos alunos afrodescendentes que em outros.

Apesar de em Portugal não ser possível a desagregação de dados por origem racial ou étnica, é possível chegar a algumas conclusões através da nacionalidade de origem. Sabe-se que a representatividade negra em lugares de destaque é ainda muito fraca quando a comparamos ao número de afrodescendentes que existem na sociedade portuguesa. Sabe-se que são as e os alunos afrodescendentes quem mais reprovações sofrem e os que têm as piores notas. A grande maioria frequenta o ensino profissional, encarado como uma forma de excluir os “maus alunos”, e que é, há muito, esquecido, subfinanciado e objeto de problemas como a excessiva carga horária e estágios que ocupam centenas de horas e que existem, principalmente, para servir as empresas, que vêem no ensino profissional um meio de obter mão de obra barata e qualificada.

A discriminação racial é também evidenciada nos currículos disciplinares. Para além de serem maioritariamente protagonizados por homens brancos, os programas de História e Português mascaram o racismo presente no colonialismo e naturalizam a escravatura. A maioria de nós é incitado a um sentimento de orgulho pelos “descobrimientos portugueses” que não serve, senão, para nos desresponsabilizarmos das atrocidades cometidas em África a partir do século XV.

Nos manuais escolares glorificam-se os portugueses, atribuindo-lhes uma “missão civilizadora”. À grande generalidade das alunas e alunos portugueses, é-lhes dito que as populações das colónias eram primitivas e, por isso, Portugal só lhes estava a fazer um favor. Pouco ou nada se fala das lutas de libertação e dos movimentos de resistência nas antigas colónias. Por outro lado, confere-se a figuras brancas o prestígio pela luta contra a escravatura.

Já todas e todos ouviram que Portugal foi um dos países pioneiros na abolição da escravatura - o que não é verdade, a escravatura só foi abolida quase 100 anos depois do decreto de Marquês de Pombal -, mas será que sabem que foram os portugueses uns dos principais responsáveis pelo tráfico de escravos negros, que o trabalho forçado se perpetuou mesmo após a abolição da escravatura e que até 1961 existiu um Estatuto de Indígena que legitimava a discriminação jurídica e racial?

O racismo é um problema estrutural da nossa sociedade e a escola tem sido, desde sempre, utilizada como um dos seus meios de propagação. Este, que devia ser um local democrático e onde se combatem desigualdades é o que mais compactua com este sistema racista e discriminatório. É essencial que o ensino público cumpra realmente o seu dever: garantir que todas e todos os estudantes têm oportunidades iguais, independentemente da origem racial ou económica.

Praxe

A integração é uma parte essencial do início da vida académica. A praxe oferece, desde logo, a possibilidade de conhecer colegas de curso e de entrar em atividades na faculdade. Neste sentido é compreensível que ela triunfe tanto entre os estudantes. Não obstante, a praxe é inerentemente errada e transmite valores profundamente antidemocráticos.

Em primeiro lugar, a praxe, consistindo num conjunto de atividades nas quais os alunos mais novos obedecem cegamente aos mais velhos, funciona como um meio de propagar a obediência cega e a falta de sentido crítico. Os caloiros são obrigados a gritar, a rebolar, a fazer flexões ou a correr quando e como o trajado deseja sem se perguntarem porque é que a hierarquia existe ou porque é que têm de estar a fazer tal coisa. Talvez, por isso, não seja uma surpresa que, por detrás das comissões de praxe, estejam os partidos de direita e do sistema que tanto lucram com um corpo estudantil que não põe em causa o estabelecido nem as ordens que lhe são dadas. Com as suas bases anti espírito crítico, anti luta e pró conformismo, a praxe incita os alunos ao silencioso conformismo e obediência aos trajados e, por inerência, a todo um sistema de ensino que cada vez mais prejudica os alunos. Com isto, quem lucra são os partidos do sistema, os governos de direita e as instituições privadas que, dia após dia, tomam conta das Universidades através dos regimes fundacionais. A praxe, dificultando e travando a luta estudantil, permite o avanço implacável da subida das propinas, do aprofundamento dos regimes fundacionais e das concessões privadas nas faculdades. Um exemplo falacioso que é dado aos alunos que fazem parte da praxe é que esta os prepara para o mercado de trabalho e para lidar com as adversidades da vida. Novamente, esta ideia beneficia o capital pois torna os alunos num corpo conformista.

Neste contexto, faz sentido sublinhar que a praxe ganhou particular fôlego durante o tempo do Fascismo, visto que a obediência cega e a falta de espírito crítico que esta incute serem duas mais-valias para o regime. Neste sentido, a praxe é igualmente uma instituição corporativista e que impõe uma forma de lidar com a vida que convém aos regimes autoritários e antidemocráticos. Será também de grande relevância sublinhar que a praxe tem um cariz profundamente militarista.

Uma questão que é de sublinhar na praxe é a violência física. Apesar de haver muitas Universidades nas quais a praxe não parte necessariamente para a violência física, quando existe alguém com autoridade desproporcionada e sem legitimidade sobre os outros, é aberto espaço para a mesma. Para além da violência física, destaca-se o poderoso elemento que é a violência psicológica. Muito mais frequente e, muitas vezes, bem mais poderosa, esta passa pelos insultos constantes e pelo medo de exclusão e de ser estigmatizado caso se deixe de fazer parte da praxe.

Para além da questão da perda do espírito crítico, do enfraquecimento do movimento estudantil e da possibilidade de existência de violência física, a praxe é inerentemente errada por outros motivos. Esta prima pela homofobia e pelo machismo, quer seja através dos cânticos insultuosos como das próprias atividades que, muitas vezes, rebaixam a condição da mulher. Tais coisas não podem ser toleradas ou tacitamente aceites numa sociedade democrática. Outra questão de grande importância no debate acerca da praxe é a da hierarquia. A praxe impõe ao “caloiro” uma hierarquia que não foi por ele escolhida ou definida e obriga-o a segui-la sem hesitações. Impor uma hierarquia que não tem legitimidade é profundamente antidemocrático e, mais uma vez, prejudicial para o desenvolvimento do espírito crítico.

É importante sublinhar que a praxe, até muito tarde, tinha como principal centro a Universidade de Coimbra e que só muito mais tarde passará para as Universidades em Lisboa, onde tantas vezes ouvimos dizer que a praxe é lá “tradicional”. Em muitos sítios, a praxe foi adotada tão tarde como nos anos 1990 sendo, por isso, uma mentira que constitui uma tradição velha e inerente à Universidade. O mito de que a praxe é tradicional em Universidades como a Nova deve ser desmontado.

Muita luta já foi feita contra a praxe: durante a década de 90, vários movimentos organizados surgem como as Brigadas AntiPraxe e o Movimento Anti Tradição Académica. Embora

estes movimentos tenham encetado combates importantes e aumentado a atenção para a problemática da praxe, esta é uma luta que precisa de continuar a ser travada todos os dias. Esta luta faz-se, na nossa opinião, através da promoção de atividades de inclusão dos estudantes que passem pelo debate e pela convivência entre alunos mais velhos e mais novos como iguais e não através de uma hierarquia ilegítima. A consciencialização para a problemática da praxe é também essencial para que se possam travar cada vez mais combates contra as propinas e contra o regime fundacional pois um corpo estudantil que não esteja sujeito a uma organização que castra o espírito crítico é um corpo estudantil mais apto para se aperceber dos males que incidem sobre o Ensino Superior.

Constança Portela e Leonor Rosas

Porque é preciso uma alternativa à praxe

Entrar na universidade pode ser assustador, e ainda mais assustador é para quem não conhece ninguém ou vem de outro sítio do país e não conhece a cidade onde vai estudar. Para dar as boas-vindas aos cerca de cem mil alunos que entram na universidade pela primeira vez, estão lá os alunos mais velhos, trajados, nas suas comissões de praxe. Prometem integrar, dar a conhecer novas pessoas, mostrar a cidade e passar bons momentos; mas tudo isto em troca do cumprimento exaustivo das suas regras, que passam obrigatoriamente por uma estrutura hierárquica e formal onde integrar, na maior parte das vezes, significa humilhar e subjugar. É verdade, a praxe integra! Os caloiros fazem amigos, conhecem pessoas e a cidade, trocam apontamentos e ganham padrinhos e madrinhas. Mas fará sentido continuarmos a deixar que esta seja a única forma de integrar pessoas numa universidade? Pessoas que são maiores e vacinadas, e têm de rastejar pelo chão, levar com ovos e farinha, ouvir berros e insultos, cumprir ordens dos mais velhos, tudo isto em nome da sua integração?

Custa-me a crer que este seja o modelo preferido de todos os jovens alunos que ingressam na universidade. Haverá certamente quem desfrute destes jogos - nada contra isso. Mas é preocupante vermos um panorama universitário onde não há nenhuma alternativa de integração aos novos alunos, onde não há esforços nem das direcções das universidades nem do Estado no sentido de promover actividades de integração que não impliquem práticas tendencialmente humilhantes. Que tipo de universidade é esta, que forma pessoas com um alto nível académico e não se preocupa com o seu bem-estar social? Proibir a prática da praxe nos espaços das universidades, como tem vindo a acontecer em alguns sítios (nomeadamente na FCSH), é apenas sacudir o pó dos ombros. A crítica ardente da praxe também já não é suficiente: penso que já chegámos a um ponto em que percebemos que há, realmente, quem ame ser praxado. Não é proibindo ou criticando que a praxe irá desaparecer, porque se tornou num discurso demasiado normalizado, assentando por um lado na "tradição" e por outro numa lógica capitalista de que "devemos estar preparados para ser mal-tratados no trabalho porque é assim a vida". A praxe é um espelho dos valores que estão a ser transmitidos às novas gerações de estudantes universitários, e é essa a faceta mais perigosa desta prática - não são as lutas de farinha, mas as crenças: "eu devo fazer coisas humilhantes agora para estar preparado para todas as coisas humilhantes que me vão acontecer no futuro", "eu devo obedecer cegamente aos meus superiores porque é assim o mercado de trabalho", "eu devo aceder a coisas que não quero de maneira nenhuma fazer porque é assim a vida". Estas perspectivas e crenças são muito mais perigosas e destrutivas do que ter de rastejar durante um bocado na lama.

Então, o que devemos fazer para evitar que cresçam cada vez mais? Devemos agir. Não no sentido de criticar a praxe ou tentar proibi-la. Devemos garantir que os novos alunos que entram todos os anos no ensino superior têm maneiras de se integrar, conhecer a cidade, fazer amigos, arranjar padrinhos e madrinhas e apontamentos, divertir-se, isto tudo sem a condição provável de virem a ser humilhados, subjugados, parte de uma hierarquia que terá um poder enorme sobre eles. A música, a cultura, o cinema, os convívios, os passeios, as festas, deviam ser organizados pelas universidades no início e ao longo do ano lectivo, de forma a garantir que os novos alunos têm sítios onde ir e fazer amigos, com pessoas dispostas a tirar-lhes dúvidas e a dar apontamentos. Parece simples, não é? Mas raramente isto acontece.

O Cri'actividade em Coimbra foi o primeiro movimento a fazer isto: uma integração alternativa à praxe, com actividades simples e dinamização cultural. Seguimos o exemplo deles na FCSH, fartas de nos queixarmos da praxe sem que nada acontecesse, e criámos a AlternAtiva. Uma semana depois já existia uma AlternAtiva na Faculdade de Medicina Veterinária, e um ano depois expandiu-se para a Faculdade de Ciências Médicas, o ISCTE e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A ideia é muito simples: contrariar a praxe pela positiva. Mostrar que há outras formas de integração e efectivá-las. Construir relações entre alunos que não imponham hierarquias nem humilhações. Proporcionar bons momentos, dinamizar a universidade, criar espaços de convívio descontraído, mostrar a cidade aos que não a conhecem. Tudo isto aconteceu

sem apoios financeiros, bastou trabalho, organização e vontade - é difícil mas não é impossível. Já não chega criticar a praxe - ela existe, é uma instituição, e serve a muitos. Mas temos de criar alternativas para aqueles a quem a praxe não serve mas que não têm mais nenhuma possibilidade de integração. Penso, acima de tudo, que esta integração pela positiva devia ser um papel e um dever das universidades. Mas não podemos esperar que elas decidam de um momento para o outro fazer alguma coisa em concreto - será preciso que morram mais alunos num acidente relacionado com a praxe? Não devia ser à custa de escândalos que surgem mudanças. Até lá, podemos criar alternativas de integração, para todos os alunos e alunas - que não querem fazer praxe, que estão indecisos, que querem fazer as duas coisas, alunos mais velhos, alunos de Erasmus. A universidade não é apenas um espaço de aprendizagem académica e científica, é um espaço de construção individual e social, de aprendizagem de valores de amizade, partilha e camaradagem. É essa a universidade que eu quero para os futuros alunos, e é por isso que sinto que é tão importante construir alternativas à praxe.

A Invisibilidade das Ciências Sociais

Ensinaram-nos desde cedo a ambição, o que nos esqueceram de dizer foi que só em algumas áreas se pode ser ambicioso. Se a escolha passar pelas Ciências Sociais talvez o melhor seja mesmo ignorar tudo aquilo que nos foi ensinado acerca da ambição. Afinal, é do conhecimento geral que carreira e ciências sociais não andam propriamente de mãos dadas.

Se por breves momentos de loucura e carência de pragmatismo um/uma estudante optar por um curso que realmente lhe interesse, saiba que de ninguém é a culpa para além dele pelo futuro arruinado! É sabido que poucas são as apostas nos nossos futuros, sabíamos disso desde o primeiro dia de aulas quando nos avisaram naquilo em que nos estávamos a meter. Mais escassas ainda são as bolsas de investigação que às ciências sociais se dedicam. Estas tornam-se ainda mais escassas tendo em conta a competição que existe entre todos aqueles que gostariam de dar aso às competências e seguir pela via da investigação. Acrescente-se que os próprios docentes universitários encaram contratos precários e têm as suas próprias carreiras em stand by.

Perguntamo-nos então: O que move um/uma estudante de ciências sociais? A resposta não é certa. Certa por sua vez, é a esperança que o vai alimentando e ajudando a subsistir a uma invisibilidade que aos poucos vai matando de fome uma área que na prática só deveria ter fome de saber. São tantas as esperanças: a esperança de uma maior e melhor aposta na educação e na cultura; a esperança de que reconheçam as ciências sociais enquanto disciplinas independentes e necessárias (e não como subdisciplina de uma outra que ultimamente adquiriu uma maior visibilidade); a esperança da conquista de um lugar para essas disciplinas no ensino secundário ao lado de outras igualmente importantes que já há muito conquistaram o seu espaço.

A verdade é que as Ciências sociais se tornaram nas Ciências Antissociais. O próprio mercado, que de vez em quando se aproveita de uma qualquer causa perdida quando assim lhe convém, tem vindo a excluir as ciências sociais como típica minoria que a ninguém interessa. No melhor dos cenários juntam-se todas as disciplinas sociais (por mais divergentes que estas possam ser) numa prateleira geralmente situada no canto mais escondido da livraria. Com a pouca oferta que existe na área, os estudantes vêm-se obrigados a procurar online e adquirir as versões mal traduzidas (quando estão traduzidas).

A invisibilidade gera mais invisibilidade, o que por sua vez gera uma exaustiva competição dentro das próprias 'subciências'. Quando é aberta uma vaga para determinado trabalho, a ela concorrem elementos oriundos das mais variadas ciências sociais, ainda que no formulário seja pedido um sociólogo (ou vice-versa). Somos tão moldáveis assim como querem fazer parecer ou moldámo-nos por necessidade?

Quando será o momento destas ciências pararem de tentar provar o seu valor e sejam de facto consideradas ciências? Quando efetivamente apresentarem teses que façam acréscimos na legislação? Já o fizeram. Qual é a conquista que lhes falta? Ou será por não faltar nada que não há espaço para elas?

Se por cada vez que perguntam algo como: mas isso serve para o quê? O que pretendes fazer com isso?; E saídas profissionais? – Os e as estudantes recebessem algum reconhecimento, hoje provavelmente seriam equiparadas a todas aquelas áreas que ninguém precisa de perguntar quais são as saídas porque já vêm explícitas no nome. O senso comum vale o que vale...

Acusam a falta de pragmatismo por não existirem saídas diretas, pois é sabido que ninguém sai de uma licenciatura com a carreira fabricada. Raras são as exceções, mas uma licenciatura em ciências sociais pouca diferença faz. Arriscam-se os mestrados e os doutoramentos daqueles que se podem dar ao luxo (porque em Portugal a educação é um luxo). Assim se vai dando continuidade à formação em invisibilidade, pagam-se propinas nada invisíveis como pagam todos os outros a quem o futuro se adivinha bem mais risonho.

Introduzida pelo sistema neoliberal e expandida pelo mesmo, a "utilidade" tem vindo a ganhar

lugar de destaque. Só algumas disciplinas podem ser encaradas como “úteis” aumentando a afluência nestas e fazendo com as outras deixem de parecer úteis, deixem de o ser... Aliás, a utilidade que se propaga é uma utilidade com retorno. Se determinada atividade não trazer retorno lucrativo não é útil. E como poderia a área trazer retorno se já é por todos encarada como dispensável?

Bem vão tentando vender em feiras de empreendedorismo a imagem de que o futuro depende única e exclusivamente de cada um e que há sempre um departamento de recursos humanos a precisar da “sensibilidade das ciências sociais”. Não é de todo este o reconhecimento que se procura, muito menos é suficiente. Alguns disseram para encararmos as propinas como investimento nas nossas carreiras, mas todos os dias nos roubam o futuro porque não escolhemos uma “carreira a sério”.

Caminhámos na sombra de um presente incerto porque mais incerto e sombrio ainda, é o futuro. Apercebemo-nos então que como estudantes de ciências sociais somos entendidos por todos como aqueles e aquelas que assinaram contrato com a precariedade no dia em que se matricularam no ensino superior.

Romper com o conformismo na luta estudantil

A importância de um sistema educativo público, com qualidade e laico, contribui de forma decisiva, não só para uma melhor democratização do país, mas também para um maior dinamismo político, social e económico. Por conseguinte abre o caminho para um verdadeiro avanço civilizacional na nossa sociedade.

Durante anos assistiu-se ao desmembramento da escola pública levando a cabo pelos vários governos:

- Modelos curriculares incapazes de estimular os alunos, centrados num objectivo ideológico claro, o de retirar capacidade de produção crítica, potenciando o amestramento político da juventude;
- Degradação das infraestruturas escolares;
- Falta de professores, criando turmas com excesso de alunos;
- Falta de assistentes operacionais;
- Falta de equipamentos que fomentem a acessibilidade às novas tecnologias;
- Os contratos associação foram a cereja no cimo do bolo. De forma descarada, foram vários os governos que tentaram passar para as mãos dos privados aquilo que sempre deveria estar na esfera pública. A negociata com os privados, esvaziou os cofres públicos e degradou a escola pública.

A luta contra os contratos associação demonstrou que a defesa da escola pública tem uma clara maioria social na população. A pressão do Bloco sobre o governo foi determinante para esta vitória ideológica.

Os mega agrupamentos escolares e a forma como são eleitas as suas direcções, colocou a democracia fora do espaço escolar.

Modelo de ensino arcaico, juntamente com despolitização da sociedade, acrescenta dificuldades na criação de um movimento estudantil mais ativo, mais politizado e com capacidade de ter um protagonismo social capaz de gerar as transformações necessárias na escola pública.

Juntar massas na defesa da escola pública com qualidade

Infelizmente a maioria das associações de estudantes do secundário faz do baile de finalistas e da viagem de finalistas o centro de ação. Sendo na prática comissões de festas. As agências de viagens acumulam mais-valias enquanto a defesa de uma escola pública de qualidade fica a marcar passo.

Compete a nós bloquistas “abandar” o movimento estudantil no secundário, criando novas dinâmicas, muitas vezes com alianças com os setores mais progressistas, que permitam alargar o movimento, potenciando uma maior contestação ao modelo que existe hoje de escola pública.

Para nós é essencial que o BE priorize uma verdadeira aposta no movimento estudantil no secundário. Só assim conseguiremos trazer novos activistas para a luta social e política. Tal como está no código genético do Bloco, rejeitamos o controleirismo do movimento estudantil, ao contrário de algumas forças partidárias.

É necessário que os nossos activistas dinamizem e potenciem a criação de listas com programas progressistas. Exigindo:

- Democratização da escola pública;

- Fim dos mega agrupamentos escolares;
- Democratizar a eleição das direcções das escolas;
- Redução imediata do número de alunos por turma;
- A contratação de mais professores;
- Mais psicólogos e assistentes sociais;
- Mais assistentes operacionais;
- Uma verdadeira educação sexual;
- A existência e distribuição de métodos de contracepção nas escolas secundárias;
- Defender a escola laica, exigindo a retirada dos estabelecimentos escolares de todos os símbolos religiosos, fazendo cumprir a nossa constituição;
- Transporte com qualidade e segurança para todos os alunos;
- Alteração do modelo curricular;
- Alterar o modelo dos chamados cursos profissionais, dando-lhes qualidade;
- Fim da utilização dos estágios dos alunos dos cursos profissionais como trabalho gratuito nas empresas;
- Fim dos exaustivos exames escolares;
- Reabertura das escolas fechadas no interior, visando combater a desertificação;

Eduardo Couto

Miguel Ruge

Mariana Ferreira

Ernesto Oliveira

Estudantes de Secundário

Por uma agenda democrática para o Ensino Superior

Fez em setembro do ano passado dez anos da implementação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) pelo Governo do Partido Socialista da época. Este regime transformou estruturalmente a gestão democrática das instituições de ensino e inaugurou a segunda fase de mercantilização do Ensino Superior português. A primeira fase remota à década de 90 quando o mesmo Partido Socialista, com António Guterres como 1º Ministro, introduziu novamente as propinas, depois destas terem sido derrotadas, poucos anos antes, pelo movimento estudantil. A nova lei das propinas, de 1997, normalizou a ideia do ensino superior como um serviço, a que se acede pelo consumo e pelo pagamento, e não como um direito a que se tem acesso por via da cidadania.

A implementação do RJIES confirmou o corolário desta mudança ideológica, transformando as condições de exercício democrático nas instituições. De forma sintética, este regime centralizou as competências de gestão num novo órgão (o Conselho Geral), cujo número de membros foi reduzido, diminuindo igualmente a representação dos/as estudantes, acabando a paridade entre professores/as e estudantes e introduzindo-se uma grande percentagem de membros externos à universidade nos seus órgãos de gestão. Paralelamente, o Reitor deixou de ser eleito por sufrágio direto e introduziu-se o regime fundacional, através do qual as universidades podem ser geridas através de um regime de direito privado¹.

Estas alterações mitigaram a democraticidade na eleição do reitor; reduziram e verticalizaram os órgãos de gestão; quebraram a representatividade dos corpos internos; diminuíram a colegialidade na tomada das decisões; instrumentalizaram-se muitas eleições de conselhos gerais; centralizaram-se as lideranças internas. Em suma, onde nas instituições havia um potencial de participação democrática intensa, em muitos casos existe hoje um modelo de governação assente numa democracia cerimonial.

Passados dez anos destas alterações, torna-se urgente a afirmação de uma agenda política, estudantil e reivindicativa pela reforma democrática das universidades. Esta agenda, do meu ponto de vista, deve ser orientada por seis grandes objetivos.

O primeiro é o do reforço da democraticidade da eleição do reitor ou presidente. Para tal, é necessário que a sua eleição deixasse de competir ao Conselho Geral, constituindo-se para o efeito uma grande assembleia eleitoral, onde estejam representados estudantes, docentes e funcionários não-docentes eleitos diretamente.

No que respeita à representação nos órgãos de gestão é urgente reforçar a participação de estudantes e funcionários não-docentes. Neste momento os/as estudantes apenas têm direito a 15% dos membros do Conselho Geral e os/as funcionários não-docentes não têm sequer uma presença obrigatória no órgão. Creio, ainda, que se devia recuperar o princípio da igualdade entre professores e alunos que vigorou até 2007 e que se traduzia numa representação paritária nos órgãos. Esse princípio constituía um elemento original e inovador, que implicava a co-responsabilização da grande maioria da comunidade educativa com os destinos das suas instituições.

A obrigatoriedade da existência de um Senado Universitário, seria mais uma forma de garantir uma participação ampla na instituição. Permitiria envolver na vida da instituição representantes de unidades orgânicas, estudantes, docentes e funcionários, funcionando como um órgão de consulta obrigatória pelo reitor e pelo Conselho Geral nas matérias mais relevantes da instituição.

Precisamos, ainda, de uma reforma que garanta igualdade de género nos órgãos das instituições. Como é que é possível que numa universidade onde a maioria das pessoas a estudar sejam mulheres, os órgãos de gestão sejam estruturalmente dominados por homens? Nos representantes de estudantes os homens representam 82% dos membros; entre professores

¹ Para uma análise mais aprofundada sobre as principais transformações e disputas das universidades portuguesas desde a década de 80, consultar: <https://ocampouniversitarioportugues.wordpress.com/>.

são 70,4%; e nos membros externos 83%. Quebrar este traço sexista na gestão das instituições podia passar por garantir a obrigação de que todas as listas candidatas respeitam o critério da paridade de género.

Por último, é preciso combater o regime fundacional e as perversões que este introduz quanto ao carácter público das universidades e politécnicos. Num contexto de subfinanciamento crónico, este regime faz o contrário do reforço da autonomia: mercantiliza as universidades e coloca-as mais dependentes de poderes externos.

Resistir à mercantilização passa por uma reforma democráticas das instituições. Do atual do governo do PS não podemos esperar nada porque continua indisponível para qualquer mudança de fundo. Só temos uma solução: reconstruir um movimento estudantil e combativo, de massas e de base. Este encontro de ativistas será um grande contributo para esta tarefa.

Exames Nacionais: três anos em duas horas e salve-se quem puder

Os exames nacionais do ensino secundário, tal como os conhecemos, fazem parte do imaginário de todas as gerações de alunos que frequentaram este ciclo de ensino. Atualmente, desde o 10.º ano que a pressão a que os estudantes estão sujeitos é visível e notória, seja através dos professores ou da família. São três anos em duas horas e isso não é justo.

O atual modelo de acesso ao ensino superior utiliza as notas dos exames nacionais do ensino secundário na sua fórmula de cálculo. Esta opção, tomada e defendida pelas instituições de ensino superior, aquando da sua discussão, acabou por sobrevalorizar os exames, ainda para mais devido às percentagens desproporcionais, sempre acima dos 40% na fórmula de cálculo para a média final e para efeitos de ingresso no ensino superior, podendo chegar aos 60%.

Então, o que tornam os exames nacionais a chave do (in)sucesso? Essa desadequação, que sobrepõe o valor conseguido numa só prova a todo o percurso durante os três anos, cria disparidades entre realidades sociais, económicas e territoriais e não se apresenta como o mecanismo correto.

O estudo “Predictors of Student Success in Higher Education”¹, é perentório sobre o assunto, apontando o peso negativo que os exames nacionais hoje têm na nota de acesso ao ensino superior. Ana Balcão Reis, uma das coordenadoras desta investigação, avisa que as Instituições do Ensino Superior não devem “não devem desvalorizar as notas internas”, porque estas “são informativas sobre o sucesso dos alunos”. “Talvez até se justifique dar um bocadinho mais de peso às notas internas. Porque todo o esforço que os alunos fazem na aprendizagem no ensino secundário também se reflete no superior”².

É o próprio coordenador do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, José Verdasca, que tem vindo a pedir um debate alargado sobre o Modelo de Acesso ao Ensino Superior. Na sua intervenção de apresentação de um programa escolar para a inclusão, no concelho da Maia, assinalou que «Portugal é, provavelmente, dos países onde as distâncias e as representações sociais sobre as profissões é mais acentuada e isso tem afunilado muito as respostas educativas das escolas, criando uma excessiva procura das ciências e tecnologias».³

É preciso corrigir essas assimetrias e ultrapassar um modelo de acesso caduco. O presente capítulo representa um esforço para construir uma alternativa credível que responda aos problemas do curto, médio e longo prazo.

Numerus clausus: rede de pesca com malha fina

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 76.º, determina que o regime de acesso assegure “a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país.”

Ainda que o diploma mater, que rege o funcionamento do sistema social, económico e político do país, aponte essa normas-tarefa, a sua operabilidade não é efetiva. Uma das razões para o fracasso sentido nessa aplicação deve-se à (ainda) existência de uma política de numerus clausus, que impede uma quantidade substancial de estudantes a aceder aos cursos que pretendem.

¹ https://s3cdn-observadoronline.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2018/01/29173956/predictors_success_version_2018_01_07.pdf

² <https://observador.pt/2018/02/03/estudo-defende-que-notas-dos-exames-devem-contar-menos-no-acesso-ao-ensino-superior/>

³ <https://www.dn.pt/lusa/interior/coordenador-do-plano-sobre-sucesso-escolar-quer-debate-sobre-acesso-a-ensino-superior-9189708.html>

O numerus clausus é o mecanismo que determina o limite máximo de indivíduos que podem ser admitidos em cada curso e/ou em cada instituição de ensino superior. Foi assumido como transitório até que o país garantisse, na prática, um acesso universal sem qualquer tipo de barreiras, mas a verdade é que se tornou uma ferramenta apetitosa para um conjunto de governantes que adulteraram o fim para que foi proposta.

A título de exemplo: em 2003, o então Ministro Pedro Lynce, responsável pela pasta da Ciência e do Ensino Superior no Governo de Durão Barroso, alterou esta fórmula de cálculo, diminuindo o número de vagas nas instituições de ensino superior público todas. Em números brutos, reduziu em 3000 o número de vagas. Apresentava como objetivos uma melhor redistribuição dos inscritos entre o litoral e o interior e o aumento da qualidade do ensino. Os efeitos da medida provaram ser nefastos. Nos anos letivos seguintes, o número de inscritos no ensino superior público no 1º ano pela 1ª vez baixou, ao mesmo tempo que as instituições de ensino superior privadas conseguiram estagnar, inicialmente, essa perda de inscritos. Ainda assim, a médio prazo, a medida, que visava beneficiar indiretamente os interesses privados, provou-se incapaz de contrariar a queda abrupta que já se vinha a sentir.

Ano/Nº de Inscritos 1º ano 1ª vez	Público	Variação (%)	Privado	Variação (%)
2001	65.929		27.320	
2002	65.921	-0,02%	26.915	-1,5%
2003	67.640	+2,6%	26.806	-0,5%
2004	64.801	-4,2%	24.468	-8,8%

(dados PORDATA⁴)

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986, é o diploma que determina o funcionamento de todo o sistema de educação português, público ou privado, desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior. É aí que podemos encontrar esplanada a tarefa que aponta para a eliminação progressiva de restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior, (e que desmonta rapidamente as opções políticas que relatei no parágrafo anterior). Vejamos o que diz a lei, no capítulo sobre o acesso ao ensino superior:

“1. Têm acesso ao ensino superior os indivíduos habilitados com o curso do ensino secundário ou equivalente que façam prova de capacidade para a sua frequência.

2. O Governo define, através de decreto-lei, os regimes de acesso e ingresso no ensino superior, em obediência aos seguintes princípios:

- a) Democraticidade, equidade e igualdade de oportunidades;
- b) Objectividade dos critérios utilizados para a selecção e seriação dos candidatos;
- c) Universalidade de regras para cada um dos subsistemas de ensino superior;
- d) Valorização do percurso educativo do candidato no ensino secundário, nas suas componentes de avaliação contínua e provas nacionais, traduzindo a relevância para o acesso ao ensino superior do sistema de certificação nacional do ensino secundário;
- e) Utilização obrigatória da classificação final do ensino secundário no processo de seriação;
- f) Coordenação dos estabelecimentos de ensino superior para a realização da avaliação, selecção e seriação por forma a evitar a proliferação de provas a que os candidatos venham a submeter-se;
- g) Carácter nacional do processo de candidatura à matrícula e inscrição nos estabelecimentos de ensino superior público, sem prejuízo da realização, em casos devidamente fundamentados, de concursos de natureza local;
- h) Realização das operações de candidatura pelos serviços da administração central e regional da educação.

⁴ <https://www.pordata.pt/Portugal/>

Alunos+matriculados+pela+1.%C2%AA+vez+no+ensino+superior+total++por+subsistema+e+tipo+de+ensino-1033

3. Nos limites definidos pelo número anterior, o processo de avaliação da capacidade para a frequência, bem como o de selecção e seriação dos candidatos ao ingresso em cada curso e estabelecimento de ensino superior, é da competência dos estabelecimentos de ensino superior.

4. O Estado deve progressivamente assegurar a eliminação de restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior (numerus clausus) e criar as condições para que os cursos existentes e a criar correspondam globalmente às necessidades em quadros qualificados, às aspirações individuais e à elevação do nível educativo, cultural e científico do País e para que seja garantida a qualidade do ensino ministrado.

5. Têm igualmente acesso ao ensino superior, nas condições a definir pelo Governo, através de decreto-lei:

a) Os maiores de 23 anos que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade para a sua frequência através da realização de provas especialmente adequadas, realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior;

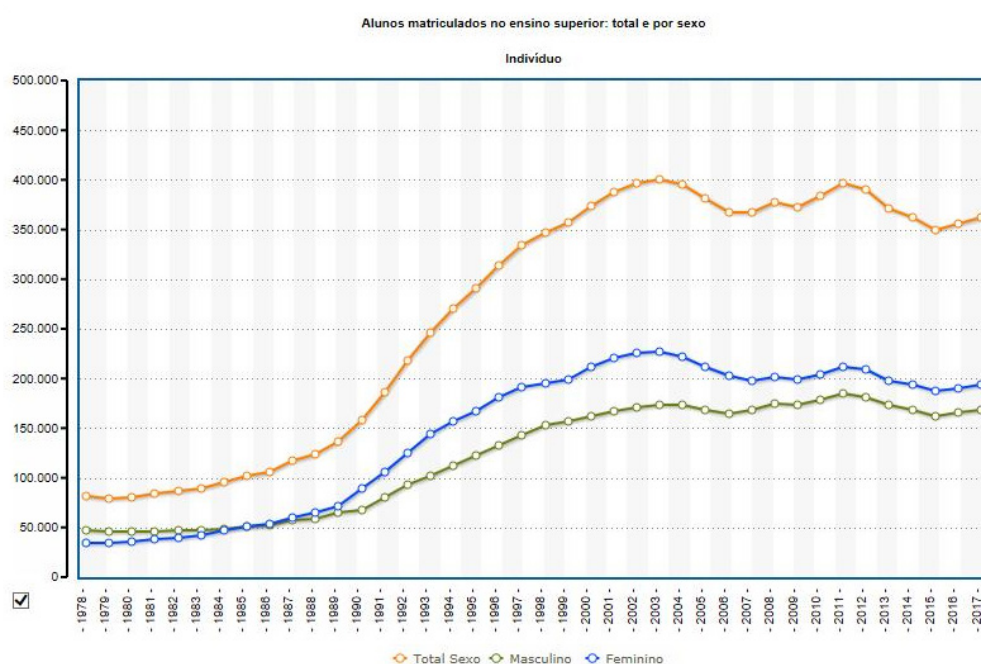
b) Os titulares de qualificações pós-secundárias apropriadas.

6. O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.

7. Os trabalhadores-estudantes terão regimes especiais de acesso e ingresso e de frequência do ensino superior que garantam os objectivos da aprendizagem ao longo da vida e da flexibilidade e mobilidade dos percursos escolares.”[1]

Podemos concluir que o desígnio constitucional que garante o acesso universal a todo o sistema de ensino, espelhado nesta lei, não está a ser devidamente aplicado.

A OCDE apontou como objetivo para 2020 Portugal ter 40% de diplomados, entre os 30 e os 34 anos. Esse horizonte, apontado há sensivelmente uma década, era possível ser alcançado. Com as medidas de austeridade e o empobrecimento do país, o acesso ao ensino superior diminuiu. Tivemos menos estudantes a ingressar e mais estudantes a desistir no primeiro ano da licenciatura. Tornou-se, assim, praticamente impossível essa meta.⁵



Fontes/Entidades: DGEEC/MEd - MCTES, PORDATA

⁵ <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>

Estamos a remar contra a maré porque dificilmente recuperaremos todos os alunos que desistiram de prosseguir estudos, mesmo com o esforço na implementação de políticas criadoras de modelos alternativos ao regime geral de acesso. Se, a somar a esse esforço, esticarmos as vagas nos regimes especiais - bolseiros dos PALOP, naturais de Timor-Leste, estatutos profissionais, como são os diplomatas em missão no estrangeiro ou os praticantes desportivos de alto rendimento - aproximar-nos-emos mais dos objetivos, mas sem garantias de sucesso.

Por isso é que a proposta lançada pelo atual Governo que restringia o número de vagas nas universidades de Lisboa e Porto para as transferir para os politécnicos do interior do país é descabida.

O debate sobre a democratização do acesso ao ensino superior deve apontar como objetivo abrir mais portas e não o contrário. Se criarmos mais restrições no acesso, será uma medida penalizadora e ficaremos ainda mais longe de concretizar uma real democratização do acesso ao ensino superior.

Como é que se pode fixar estudantes nas regiões com baixa densidade populacional? Antes de responder a esta pergunta, traço alguns considerandos sobre a desertificação destes territórios. O problema, ao contrário do que muitas das vezes é sugerido, não está numa 'fuga' destes jovens para as universidades dos grandes centros urbanos porque procuram (só) uma melhor qualidade de ensino. O fecho de serviços públicos fundamentais nestas localidades, como postos dos correios, centros de saúde e tribunais, atiraram para o esquecimento uma geração inteira, já por si penalizada na falta de emprego qualificado devido a um modelo económico que concentra cada vez mais o investimento nas capitais e não nas periferias.

Dito isto, garantir que os estudantes acabam por se fixar nas instituições das regiões do interior não passa por diminuir o *numerus clausus* no litoral, mas sim valorizar as instituições do Ensino Superior Politécnico do interior, seja do ponto de vista da sua oferta pedagógica - com emprego de qualidade para os seus profissionais e financiamento condigno, e de medidas de ação social, até para garantir que conseguem ocupar as vagas todas que têm. Essa valorização passa por garantir residências e cantinas de qualidade, eliminar o entrave das propinas, alargar o número de bolsas de ação social, alterando os seus critérios de elegibilidade e os valores máximo e mínimo. Ao invés de criar universidades de primeira e politécnicos de segunda, para onde são escoados os que não conseguem entrar na primeira opção da candidatura, é preciso democratizar o acesso ao ensino superior como um todo, seja no interior ou no litoral, nas universidades ou nos politécnicos.

Para alargar a base social do ensino superior, incluir nesse objetivo uma maior aposta nas vias de ingresso alternativas não é descabido. O programa 'maiores de 23', que permite o ingresso de cidadãos com mais de 23 anos que não possuem habilitações de grau superior, é um dos mecanismos que merece ser alargado no número de vagas que admite.

Democratizar o acesso: o direito a escolhermos o nosso futuro

O atraso a que o país foi sujeito durante metade do século XX privou a esmagadora maioria da população ao acesso à educação. Com a Revolução do 25 de Abril e, mais tarde, com a aprovação da Constituição da República Portuguesa, instituíram-se novos direitos sociais que, no seu conjunto, abriram um novo ciclo histórico na vida política, social e económica do país. Direitos como o acesso à Saúde, à Habitação ou à Segurança Social são exemplos desse novo tempo.

Apesar destes grandes avanços, do ponto de vista pedagógico, a escola ainda não afirmou totalmente uma nova estratégia pedagógica. Conseguiu adaptar-se à inovação tecnológica, recuperou, parcialmente, o seu parque educativo, incorporou nos currícula novos conhecimentos e descobertas científicas, mas insiste em colocar o foco em exames escritos, que representam

apenas uma parte numa visão mais holística da formação do indivíduo.

Hoje, reclamam-se novas responsabilidades à escola porque a sociedade também procura novas respostas para os problemas da contemporaneidade, como o desemprego jovem, a precariedade laboral, a desertificação das zonas de baixa densidade populacional, o envelhecimento da população - que se faz sentir em Portugal e um pouco por toda a Europa, as atuais relações de produção que ameaçam o meio ambiente.

Na resposta a essas necessidades - a urgência de uma escola crítica ou a sua adaptabilidade à inovação tecnológica - projeta-se um primeiro momento de reflexão: pode a escola manter o seu espírito universalista desdobrando-se em diferentes vias de ensino? Ou seja, tem a escola a capacidade de promover várias ofertas formativas diversas e garantir igualdade de oportunidades e sucesso escolar a toda a gente? Como atingir um ideal que coloque cursos profissionais, cursos científico-humanísticos e cursos artísticos especializados em pé de igualdade no acesso ao ensino superior? De que forma podemos garantir que, nesse acesso, todos os percursos sejam sempre valorizados e aproveitados? Que compromissos entre as instituições de ensino superior, a escola e o Governo devem ser encontrados?

A diversidade dos percursos já é imensa, mais não seja pela disparidade de recursos e realidades sociais distintas, sejam elas regionais, socioeconómicas ou culturais.

Uma primeira medida (urgente) passa por garantir a divisão entre a conclusão do ciclo de estudos obrigatório do ingresso ao ensino superior. Sujeitar um aluno, muitas das vezes já na idade adulta, a um conjunto de exames nacionais para poder completar uma etapa de ensino que se tornou obrigatória é contraditório e não produz os efeitos desejados (por exemplo, aumentar o número de inscritos no Ensino Superior).

Torna-se necessário a criação de um Gabinete Técnico-Científico, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, responsável pela produção de uma prova de ingresso para cada área científica que compile diferentes ferramentas de avaliação e que não se foque somente num exame escrito.

Esta solução, à imagem do que acontecia com o GAVE (Gabinete de Avaliação Educativa), agora transformado em Instituto (IAVE), permite, em primeiro lugar, manter um regime de acesso universal e, em segundo lugar, combater o surgimento de Instituições de Ensino Superior de primeiro plano e de segundo plano, que podem vir a ter a tentação de controlarem, através de mecanismos próprios, este acesso, criando disparidades e assimetrias graves.

As diferentes ferramentas contidas nessas provas devem avaliar como objetivos gerais a aquisição de competências delineadas no "Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória"⁶, de 2017. Construir, a partir deste estudo, pedido pelo Ministério da Educação do atual Governo e coordenado pelo Professor Guilherme d'Oliveira Martins, o esqueleto das provas para o acesso ao ensino superior é a garantia que não afastamos, do ponto de vista pedagógico e científico, o que hoje se apresentam como requisitos fundamentais no final da escolaridade obrigatória e o que devem ser os requisitos necessário para prosseguir estudos superiores.

Estas provas assumirão sempre um papel transitório, até que o Estado garanta um acesso universal e pleno, sem restrições de natureza territorial, económica ou de oferta pedagógica.

A partir do momento em que rejeitarmos a lógica que aprisiona o ensino secundário à corrida dos exames nacionais, medidas como os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) tornam-se obsoletas, o acesso será verdadeiramente universal e não precisaremos de continuar a reproduzir os estigmas do ensino secundário nos níveis de estudos seguintes.

Concluindo, o processo de democratização do ensino superior requer um aumento do número

⁶ https://dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/perfil_do_aluno.pdf

de inscritos. Isso depende, em primeiro lugar, das condições sócioeconómicas da população que, enquanto perdurar a política de propinas e existir uma débil oferta de apoios sociais, são determinantes na prossecução dos estudos e se tornam ainda mais gravosas em períodos de crise. Essas alterações só produzirão todos os potenciais efeitos positivos se forem acompanhadas de mais políticas que apontem para o mesmo fim. A este respeito, identificam-se duas mudanças primordiais e que a realidade apela pela sua discussão pública. Antes do mais, a distinção entre término do ensino obrigatório e acesso ao ensino superior, em seguida uma alteração profunda na fórmula de cálculo do *numerus clausus*, que permita o ingresso de mais estudantes e combata o absurdo que representam hoje as médias de alguns cursos superiores: para o ano letivo de 2017/2018, a média de entrada para o curso de Engenharia Aeroespacial no Instituto Superior Técnico atingiu 18,8 valores, para o curso de Medicina na Universidade do Porto chegou aos 18,3 valores. Teremos assim tantos engenheiros aeroespaciais ou médicos no nosso país? A respeito deste tema, nunca é demais lembrar que a própria Lei de Bases do Sistema Educativo aponta para a extinção do *numerus clausus*, assumindo assim este mecanismo, por um lado, excludente, por outro lado, transitório. Nesse processo de progressivo desaparecimento, deve ter-se em conta a correção das assimetrias regionais e a coesão territorial do país, para além da liberdade científica – garantia primeira do direito ao conhecimento.

O trajeto em direção ao cumprimento do consagrado na Constituição da República Portuguesa é uma missão difícil e não encontra obstáculos somente de natureza económica; a herança que a ditadura do Estado Novo deixou ao país a respeito da ideia de uma certa ordem social perdura. “O país não pode ter só doutores!”, quem não ouviu esta frase ao longo do seu percurso escolar e de vida? As políticas públicas para o ensino superior bebem muito dessa máxima conservadora, ressuscitada pelo ex-ministro da Educação Nuno Crato⁷.

O estudo⁸ “Determinantes e Significados do Ingresso dos Jovens no Ensino Superior”, coordenado por Diana Aguiar Vieira e elaborado a pedido do atual Governo, aponta como um dos fatores de inibição no acesso e/ou frequência no Ensino Superior as “expectativas negativas” em relação ao retorno do investimento feito numa qualificação de nível superior, ainda que os dados do Estudo Education at a Glance apontem o contrário. Os diplomados em Portugal auferem, em média, mais 69% do que aqueles que obtiveram apenas o Ensino Secundário ou um curso do Ensino Profissional.⁹

Nem todos têm de ser doutores; mas todos têm de ter igual oportunidade de o ser, se assim o entenderem.

⁷ <https://www.dn.pt/portugal/interior/pais-nao-pode-ter-so-doutores-temos-de-ter-jovens-formados-para-profissoes-tecnicas-5289218.html>

⁸ http://www.dges.gov.pt/sites/default/files/determinantes_e_significados_web.pdf

⁹ <https://www.publico.pt/2018/03/06/sociedade/noticia/portugueses-nao-conhecem-o-ensino-superior-1804927>

Pelo fim da propina no Ensino Superior

A Educação é um direito democrático, uma das garantias e caminhos para a promoção da igualdade e da emancipação. Segundo o artigo 74o da Constituição da República Portuguesa, “todos têm direito ao ensino, com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”, sendo o Estado responsável por assegurar a progressiva gratuitidade do Ensino. Não só não se verifica a progressiva gratuitidade do ensino (antes o seu contrário), como a “progressiva gratuitidade” não garante a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, contrariando o princípio de um ensino público e democrático.

Desde 1992 a propina passou de 6€ anuais para os atuais 1063,47€ de propina máxima, valor inabarcável para grande parte dos e das estudantes, bem como para aqueles e aquelas que, pretendendo ingressar, vêem esse acesso ser negado por motivos financeiros. Entre 2010 e 2017, o número de estudantes matriculados e matriculadas no Ensino Superior diminuiu 6,5%, correspondendo a menos 1200 estudantes por ano, segundo dados da Direção Geral do Ensino Superior. Os números do abandono escolar são assustadores e reveladores da ilusão de igualdade de oportunidades no que toca ao Ensino Superior. Os dados mais recentes indicam que no ano letivo 2015/2016 desistiram do Ensino Superior no primeiro ano da licenciatura 10% dos e das estudantes matriculadas.

A propina tem servido de mecanismo de exclusão, de elitização do Ensino Superior - agora um espaço de privilégio - e também de desresponsabilização do Estado no que toca à sua função de garantir uma educação democrática. Atualmente, estudantes e respetivas famílias são responsáveis por 33% do financiamento das instituições de Ensino Superior. O Estado tem-se demarcado do seu papel no Ensino Superior, empurrando muitos e muitas de nós para situações de trabalho precário, de dívida ou de abandono escolar, impossibilitando a igualdade de oportunidades no que à educação diz respeito.

A Ação Social Escolar não tem sido capaz de colmatar o efeito devastador que a propina tem no acesso ao Ensino Superior. Apesar de a maioria das bolsas ser canalizada para o pagamento da propina, a Ação Social Escolar não deveria servir para pagar a frequência no Ensino Superior, mas sim para garantir que ninguém fica de fora por não conseguir suportar custos associados ao mesmo, tendo em especial conta que um ou uma estudante gasta cerca de 6500€/ano para estudar, segundo o estudo “Custos dos Estudantes no Ensino Superior”, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. A propina, introduzida como alegado mecanismo de justiça social, não só tem tido o efeito contrário, como tem permitido ao Estado demitir-se das suas funções, utilizando a Ação Social Escolar como paliativo da propina, não resolvendo o problema de fundo - o financiamento público do Ensino Superior.

Pelos efeitos negativos que a propina tem tido no que toca à igualdade de oportunidades na educação, incumprindo a Constituição da República Portuguesa, exigimos o fim imediato da propina e a responsabilização do Estado relativamente ao financiamento do Ensino Superior. Queremos a educação democrática à qual temos direito - pública, gratuita e inclusiva.

Movimento Cancela a Propina

Ensino Público, Financiamento Público

Não foi preciso a OCDE publicar um relatório para que quem estuda no Ensino Superior se apercebesse do seu subfinanciamento. Todos os dias, nas instituições onde estudamos, vemos a olho nú as consequências deste problema e a insuficiência e desadequação das soluções até hoje apresentadas e experimentadas.

Grande parte das universidades e politécnicos apresentam graves problemas materiais associados à escassez de recursos e à definição errada de prioridades pelos poderes que os governam interna e externamente. A inundação da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e os problemas de segurança da Escola Superior de Dança foram, este ano, exemplo paradigmático. Há ainda outro problema relativamente às condi es materiais das institui es que traz   superfície a nefasta política de gestão das mesmas - os contrastes entre institui es, por vezes dentro da mesma Universidade. No caso da Universidade Nova de Lisboa vemos um novo campus a ser construído para a Nova SBE (School of Business and Economics), excelentes condi es e grandes auditórios no edifício da reitoria, e uma Faculdade de Ciências Sociais Humanas onde chove em auditórios, onde os baldes de água habitam o  trio principal, onde não há cadeiras suficientes para estudantes se sentarem, onde a sala de estudo só funciona a partir das 15h por constituir parte da cantina.

Esta assimetria de condi es entre institui es deve-se essencialmente a um fen meno: a educa o enquanto investimento de mercado. O atual Regime Jurídico das Institui es de Ensino Superior (RJIES) e conseqente Regime Fundacional são os mecanismos através dos quais esta concep o de educa o   implementada, utilizando a autonomia das institui es para atrair investimento privado e alocar recursos onde o mercado mais os valoriza. Ou seja, nos cursos mais rentáveis e de maior empregabilidade, desvalorizando o ensino artístico, as letras, as ciências sociais e o desporto.   medida que estas solu es se dilatam, o investimento privado vai infiltrando as institui es de forma assimétrica. As faculdades recorrem ao aluguer e concessão dos seus espaços para sobreviver, sacrificando a sua utiliza o livre por quem l  estuda, ao mesmo tempo que o Estado vai diminuindo a sua participa o nos respetivos orçamentos. O Superior está refém do interesse de mercado.

Instalou-se a ideia de que a educa o não   um direito, mas um "investimento", neste caso uma espécie de troca. Estudantes e famílias investem, pagando por um curso que aumentar  a sua capacidade de competi o no mercado de trabalho e, por conseqente, a sua posi o social, perpetuando desigualdades. Quem menos tem, menos hipóteses tem de vir a ter mais e vice-versa. O mesmo se aplica às institui es: quanto melhor   a sua posi o de mercado, mais financiamento tem. Este  , aliás, um modelo de financiamento defendido pela direita, assente na valoriza o da meritocracia em detrimento da igualdade de tratamento. No nosso caso, enquanto estudantes estamos obrigados ao pagamento de propinas. Pagamos para estudar, independentemente do nosso rendimento. Dizem-nos que temos bolsas de estudo que mitigam o efeito desigualit rio da propina, mas sabemos, porque o vemos, que as bolsas de estudos não têm essa propriedade. São insuficientes, têm regulamentos desligados da realidade das nossas vidas. Excluem milhares de estudantes por ano e não cobrem os grandes encargos que implica a frequência no Ensino Superior: alimenta o, alojamento, transportes, material escolar, etc. Disseram-nos ainda que a propina permite sustentar um ensino de qualidade que o Estado por si só não pode garantir, mas o investimento público no Superior desce   medida que a propina sobre. A propina não  , portanto, complementar ao investimento público, nem tem permitido, como vimos, um ensino de qualidade. Antes, tem caminhado para o substituir e por isso atualmente representa 1/3 do financiamento do Ensino Superior, bem como para a perpetua o de desigualdades sociais, barrando pessoas   entrada das universidades.

  preciso trazer o direito   educa o para o centro da discussão e contrariar a ideia do investimento no benefício individual. A educa o não   uma mercadoria que se compra e vende. Uma popula o qualificada não se serve apenas a si mesma individualmente, mas a todos

coletivamente e o investimento 100% público na educação permite não só sedimentar esta ideia e protegê-la, como garantir a igualdade de acesso e frequência da mesma, além de que impede a instrumentalização do Ensino Superior pelos interesses de mercado, contrariando a desvalorização de algumas áreas e a criação de assimetrias entre instituições, estimulando coesão territorial e social. Uma educação que serve a quem estuda e não a quem recruta, uma educação emancipatória, de desenvolvimento individual e coletivo, pessoal e social. Mas como inverter a tendência da privatização e da mercantilização da educação? Como contrariar a transferência de custos para estudantes e famílias, sem os entregar aos privados que utilizam as instituições para negócio e como fábrica de trabalhadores e trabalhadoras? Quem decide sobre a educação?

A Geringonça não tem conseguido inverter esta tendência. O Ministério e os reitores unem-se na promoção da universidade-empresa e as estruturas estudantis não têm força. Estão fechadas sobre si mesmas, organizadas hierarquica e burocraticamente, prolongando a ideia do Ensino Superior enquanto espaço de privilégio. Não vão mais longe porque se limitam à gestão corporativista da academia, ao invés de praticarem um associativismo reivindicativo, aberto e interseccional. São incapazes de conceber o Ensino Superior enquanto espaço político. Não se posicionam claramente e o não posicionamento é conivente com o sistema.

Resta-nos uma saída: a criação de maiorias sociais em torno de um discurso que quebre com o paradigma atual. Enquanto estudantes politizados e de esquerda, cabe-nos - e este Encontro serve para isso - organizarmo-nos entre nós nos espaços que frequentamos, contrariando o sectarismo que tem debilitado o movimento estudantil, diagnosticando questões centrais e agregadoras, delineando objetivos concretos e trabalhando em conjunto para os alcançar em movimentos unitários. O movimento estudantil não tem de se confundir ou concentrar-se numa grande estrutura estudantil para fazer o seu trabalho. Tem de se articular, num fluxo constante de informação e interação entre grupos organizados, independentemente da questão em que principalmente se concentram, aproveitando momentos específicos para sair à rua e mostrar força, pronunciar-se, fazer-se notar, não deixar passar nada em branco.

Atualmente, o movimento estudantil deverá focar-se num ponto essencial: exigir o financiamento público do Ensino Superior. Um financiamento suficiente para travar a cobrança de propinas, para garantir condições materiais nas instituições, para contratar pessoal docente e não-docente, para travar a precariedade na investigação, para acabar com estágios curriculares exploradores da mão-de-obra gratuita, para garantir bibliotecas com oferta suficiente, para investir em residências, para uma Ação Social que de facto mitigue desigualdades e dificuldades dos estudantes e que não se destine ao pagamento da propina. Lutar por um financiamento público que responda às nossas necessidades será puxar a ponta do novelo que se desenrolará - será necessário questionar o Regime Fundacional, o RJES, a Lei de Bases do Sistema Educativo, a organização dos Serviços de Ação Social, e, paralelamente, a quem deve servir a educação. Construamos um argumentário de ferro e articulemo-nos rumo a um ensino verdadeiramente público e gratuito. Como se dizia na luta antipropina dos anos 90: não pagamos!

Manifesto Cancela a Propina

As propinas precisam de nós, mas nós não precisamos das propinas. Como é que nos esquecemos disto?

A ideia de que é legítimo pagar para estudar numa universidade pública parece ter-se naturalizado. Pagamos só, já não contestamos.

Há vinte anos, quando nos tentaram convencer pela primeira vez que estas contradições não eram contraditórias, o movimento estudantil não foi na cantiga. As faculdades pararam, as ruas encheram-se e milhares de estudantes insurgiram-se contra o que acreditavam ser um ataque ao ideal do ensino público. A história deu-lhes razão.

Que fazer, então, quando a educação deixou de ser direito para passar a ser privilégio? Quando tanta gente é obrigada a trabalhar para estudar, quando tanta gente não pode estudar porque não tem dinheiro? Quando nos tratam como clientes, ao invés de estudantes?

Trazer para cima da mesa as questões que nunca deveriam ter saído do centro da discussão e que muita gente não quer que discutamos: para que deve servir uma universidade pública? A quem deve servir uma universidade pública, e a quem anda a servir? Quem deve decidir numa universidade pública?

Queremos discutir coletivamente estas questões. Queremos resistir a estas “fatalidades” que só o são até deixarem de ser e recuperar o que é nosso por direito.

Discutir.Resistir.Lutar.

E, neste caso, cancelar a propina.

Para a construção de uma campanha anti-propinas

O Sindicato de Estudantes (SE) reconheceu, desde a sua fundação, a necessidade de uma campanha que levantasse uma bandeira capaz de mobilizar os estudantes de classe trabalhadora. Essa bandeira é sem dúvida a das propinas.

Desde a sua introdução em 1992, as propinas têm sido motivo para a criação de variadas campanhas, colectivos e organizações. As iniciativas dos últimos anos, porém, não conseguiram superar a combatividade demonstrada em manifestações, ocupações e greves de estudantes do início da década de 90. As juventudes dos partidos de esquerda ainda levantam esta bandeira e reconhecem que as propinas são uma das principais barreiras no acesso ao Ensino Superior, mas até agora não organizaram um movimento capaz de conquistar vitórias. A nosso ver não existe uma clara perspectiva de classe a orientar a sua acção: as propinas são principalmente uma barreira para os estudantes de classe trabalhadora.

Há mais de 20 anos que assim é. Por isso, coloca-se a pergunta: porquê uma campanha contra as propinas agora? A mais recente crise do sistema capitalista e a onda de austeridade que se lhe seguiu veio agravar a situação, já de si precária, em que estamos. Ao valor das propinas – que continua a aumentar – soma-se o aumento do custo de vida, de transportes, de alimentação, de material e habitação.

Para muitos, estudar tornou-se um encargo, não um direito. Outros ainda, vêem-se forçados a abandonar o ensino. Hoje temos uma geração de jovens trabalhadores cada vez mais precarizados e indignados com o estado das coisas. São estes os jovens que se estão a radicalizar e que é necessário mobilizar para uma campanha contra as propinas, integrando essa reivindicação na luta por um ensino verdadeiramente democrático, gratuito e de qualidade.

Consideramos que a campanha Cancela a Propina tem o potencial para ser esse catalisador do movimento estudantil. A iniciativa partiu do anterior mandato da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e estivemos presentes desde a primeira Assembleia de discussão da campanha. Na nossa intervenção esforçamo-nos para que a campanha vá para além da consciencialização. No nosso entender, os objectivos são claros: a abolição das propinas e, no processo de luta, a construção de um movimento estudantil de classe.

Neste momento a campanha organiza-se com base em assembleias onde se agregam os vários estudantes que entraram em contacto com a campanha em Lisboa. Foram também criados grupos de trabalho para materializar todo o trabalho necessário à construção da campanha. Para dar os primeiros passos, e como forma de conseguir uma extensa rede de contactos, o abaixo-assinado agora a circular é o meio mais adequado. No entanto, a entrega das assinaturas não pode ser o ponto final da campanha. Em cada momento teremos que determinar quais os meios mais adequados a adoptar, de acordo com o desenvolvimento do movimento – agora abaixo-assinados e debates, eventualmente manifestações (como aliás já aconteceu no dia nacional do estudante) e, assim que a força dos estudantes organizados o permitir, greves e ocupações que parem as escolas e universidades. Porque o Estado e a burguesia, que avançam na mercantilização do ensino, só vão recuar perante acções que coloquem em causa o funcionamento do sistema.

Desde o início da campanha, o SE tem organizado distribuições de panfletos e recolhas de assinaturas regularmente. A nossa experiência demonstrou a receptividade dos estudantes à campanha. Está na altura de dar mais um passo.

A campanha deve ter a capacidade de mobilizar todos os estudantes de classe trabalhadora a nível nacional, quer estejam no Ensino Superior ou no secundário, e até mesmo os jovens que já foram impedidos de estudar e estão a trabalhar. Isto só é possível através da criação de núcleos que consigam intervir nas escolas e universidades. Mas é fundamental também o contacto com outras organizações, e acima de tudo com as organizações da classe trabalhadora: sindicatos,

comissões de trabalhadores, partidos da esquerda. Estas, juntamente com organizações feministas, anti-racistas e contra a LGBTfobia, têm também todo o interesse na abolição das propinas.

Recentemente, a campanha Cancela a Propina participou pela primeira vez com um bloco na Manifestação do Dia Nacional do Estudante. Configurámos enquanto campanha uma parte significativa da manifestação e as nossas reivindicações — por serem claras, determinaram o tom dessa acção. Com objectivos bem delineados e uma estrutura democrática capaz de dar resposta, a cada momento, às exigências do movimento, temos todas as condições para que a campanha cresça nos próximos tempos, unificando cada vez mais estudantes e jovens na luta pela abolição das propinas.

Gestão das Instituições Superiores

A reforma na lei (de Lei da Autonomia Universitária em 1988 para Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior – RJIES – em 2007) que gere o funcionamento do ensino superior veio, para além de mudar drasticamente a gestão das Universidades, virar do avesso toda a dinâmica e estrutura democrática que ainda existia nestas instituições em Portugal. A gestão das IES (Instituições de Ensino Superior), o seu financiamento e funcionamento foram alterados de forma claramente prejudicial não só para estudantes, como para docentes, investigadores e funcionários.

Ao nível da representação nos órgãos de decisão da Universidades o retrocesso é gigante e em alguns casos irreversível, em grande medida devido à substituição das antigas Assembleias Universitárias (de representação paritária entre docentes e não docentes) para os agora denominados Conselhos Gerais (CG). É inaceitável que a representatividade externa (prevista no artigo 81 do RJIES) seja duas vezes superior à dos estudantes no mesmo órgão (de 15% para 30%). No caso da Universidade do Porto, o papel dos estudantes é relegado para 4 assentos no CG, no total de 23 lugares (sendo que o total de personalidades externas é 5). Não existe propriamente um inconveniente da academia se abrir à sociedade civil, mas quando o seu peso é maior que os estudantes, que são as principais figuras do Ensino Superior, para além de um ataque democrático, relega o aluno para uma posição inferior, muitas vezes por razões de foro paternalista, retirando-lhes direitos de participação democrática. Tendo este órgão como objetivos eleger um reitor, aprovar orçamentos, fixar propinas ou até mesmo criar ou extinguir unidades orgânicas, não é de todo justo e democrático este afastamento claro dos estudantes do campo de decisão da Universidade. Acrescido a este problema está o facto de pessoal não docente ter sido afastado do CG e de não existir um Senado (órgão fiscalizador e consultivo) obrigatório em cada Instituição (onde a representatividade é mais abrangente entres os seus membros).

A estas alterações do RJIES, soma-se a passagem de várias instituições a regime fundacional (algumas delas sem um debate prévio e extensivo na comunidade académica). Para além de ter adensado e atirado vários docentes e investigadores para a precariedade, instaurou um regime de hierarquia flagrante nestas instituições com o conselho de curadores (Artigo 131 do RJIES) e que é nomeado pelo governo, composto por figuras nomeadas pelo governo e que gerem o património e as decisões relevantes da Universidade sem quase nenhuma supervisão, regendo-se muitas vezes por motivos económicos, gerindo a Universidade como uma empresa.

É inaceitável que com o regime fundacional (e com o fator acrescido das instituições terem de encontrar fundos próprios além do que recebem do orçamento de estado) algumas faculdades se encontrem em vias de colapsar estruturalmente e financeiramente. Se existem Unidades Orgânicas de renome no estrangeiro e com bastante capital (onde os privados investem, sendo autênticas incubadoras para o mercado de trabalho) outras faculdades não têm dinheiro para subsistir, onde chove dentro de salas, onde não há equipamento, onde não se contratam docentes fechando-se ao invés unidades curriculares fulcrais para uma ou outra licenciatura, onde diretores têm dificuldade em pagar salários e em que o peso do financiamento da faculdade cai para a propina paga pelo aluno.

Há, portanto, que começar a desconstruir a ideia criada que a Universidade é uma empresa e que se um curso não é rentável deve deixar de existir. O ensino para além de gratuito em todos os seus graus deverá ser também democrático, mas para o voltar a ser é necessário deixarmos este regime cair por terra e reformular a gestão das IES. É necessário rever o RJIES e pensar um novo modelo de financiamento que retire o peso de quem estuda no ensino superior e que urgentemente lhes dê mais voz ao nível do debate e decisão internos. Não há ensino superior que sobreviva sem os que hoje são afastados do debate sobre o seu futuro.

Sindicato de Estudantes na luta por um ensino democrático

O que nos traz a este Encontro de Activistas Estudantis é a necessidade de conquistar um ensino gratuito, de qualidade e democrático. E enquanto Sindicato de Estudantes (SE), queremos partilhar as nossas ideias, os frutos da nossa experiência colectiva, como primeiro contributo para este encontro.

Estamos convictos de que todos nós, estudantes de classe trabalhadora, temos exactamente os mesmos interesses que o resto da nossa classe e precisamos de uma organização para lutar por esses interesses em todos os locais de estudo, da mesma forma que os nossos companheiros de classe precisam de sindicatos e comissões de trabalhadores nos seus locais de trabalho.

Sabemos que a burguesia procura sempre colocar a Educação ao serviço do seu lucro — tal como faz com a Saúde, os transportes e até mesmo a Habitação. Grandes empresários e banqueiros encontram-se hoje nas direcções do nosso ensino para defender as propinas, o endividamento das famílias trabalhadoras, os estágios não-remunerados, a precariedade na educação. A luta por uma educação democrática e universal é, assim, a luta contra a burguesia e contra o seu Estado. É uma luta pela gestão democrática das nossas escolas e, por isso, uma pequena importante parte da luta pela gestão democrática de toda a sociedade.

A Revolução Portuguesa demonstrou claramente que é só com as organizações da nossa classe nos locais de trabalho, nas escolas e nos bairros que se torna possível conquistar um sistema público e gratuito de ensino. Foi precisamente isso que conquistámos com a Revolução. Mas ano após ano, as conquistas da nossa classe têm sido violentamente anuladas, e nós dizemos que isto é inevitável em capitalismo, que a existência de exploradores significa a necessidade permanente da luta dos explorados para preservar qualquer direito, por mais pequeno que seja. O SE só pode, por isto, assumir-se como organização anti-capitalista e revolucionária. No nosso entender, qualquer organização que levante a bandeira da democratização do ensino tem de apontar para o fim do sistema de exploração capitalista.

Hoje, é mais urgente do que nunca a construção de ferramentas de organização que nos permitam preparar essa sociedade no próprio processo de combate contra o Estado burguês, os seus governos e as suas políticas reaccionárias, de austeridade, de precariedade, de endividamento, de ataques sexistas, LGBTfóbicos, racistas e xenófobos.

Lutamos, por todos estes motivos, sempre em solidariedade com os nossos companheiros de classe, com os professores e trabalhadores não-docentes das escolas e universidades, os motoristas e maquinistas dos transportes, os trabalhadores da saúde, os estivadores, os trabalhadores dos call-centers e dos supermercados, enfim, toda a classe trabalhadora.

Estamos comprometidos com o objectivo de estabelecer relações de solidariedade com todas as organizações da nossa classe onde elas existirem, e em ajudar na construção de novas organizações onde elas não existirem. E estendemos este esforço até mesmo ao nível internacional, porque o capitalismo é internacional, porque a burguesia que nos explora é internacional e, acima de tudo, porque a força da nossa própria classe é maior quando se liberta das fronteiras que a burguesia nos impõe.

Estas são, muito sucintamente, as ideias fundamentais do Sindicato de Estudantes. E a todos os estudantes que querem lutar por um ensino público, gratuito, democrático, inclusivo e de qualidade, estendemos um convite fraterno: Junta-te a nós!